

Trabalho de Conclusão de Curso
Graduação em Geografia

**(TRANS)GRESSÃO ESPAÇO-CORPORAL: Análise das Corporeidades Travestis,
Transexuais e Transgêneros no município de São Carlos (SP)**

Gabriel Gimenes de Estefani
Prof. Dr. José Gilberto de Souza

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

GABRIEL GIMENES DE ESTEFANI

(TRANS)GRESSÃO ESPAÇO-CORPORAL: Análise das
Corporeidades Travestis, Transexuais e Transgêneros no município de
São Carlos (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado e Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2025

E79(

Estefani, Gabriel Gimenes de
(TRANS)GRESSÃO ESPAÇO-CORPORAL : Análise das
Corporeidades Travestis, Transexuais e Transgêneros no município de
São Carlos (SP) / Gabriel Gimenes de Estefani. -- Rio Claro, 2025
81 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura -
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: José Gilberto de Souza

1. Espaço. 2. Corporeidades Trans. 3. Repressão. 4. Resistência. 5.
São Carlos (SP). I. Título.

GABRIEL GIMENES DE ESTEFANI

(TRANS)GRESSÃO ESPAÇO-CORPORAL: Análise das
Corporeidades Travestis, Transexuais e Transgêneros no município de
São Carlos (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado e Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

José Gilberto de Souza (orientador)

Dayana Aparecida Marques de Oliveira

Matheux Nogueira Schwartzmann

Rio Claro, 16 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) aluno(a)



Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Exu, Ogum e toda a espiritualidade por me proporcionarem caminho, energia, vitalidade, discernimento, alegria e muitos ensinamentos ao longo desses anos de vida e graduação. Agradeço ao meu pai, Reginaldo de Estefani, e à minha mãe, Eliane Aparecida Gimenes de Estefani, pelo apoio, sacrifícios, amor incondicional e confiança depositada em mim. Agradeço também ao meu irmão, Guilherme Gimenes de Estefani, pelo afeto, carinho, cuidado, preocupação e por ter sido minha primeira referência subversiva em relação aos padrões de sexualidade. Agradeço à minha companheira e melhor amiga, Maria Fernanda Alves Cardoso, pela convivência, conversas, conselhos, paciência e escuta, principalmente durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, ainda, ao meu orientador, Prof. Dr. José Gilberto de Souza, por me proporcionar valiosos aprendizados profissionais e acolher esta temática tão importante para mim. Agradeço a Agnes, Elvira, Júlia, Lucas, Poli Zatará, Raphael e Zeca pelas entrevistas concedidas, que me proporcionaram, para além de informações preciosas, um significativo espaço de diálogo e reconhecimento. Agradeço profundamente a todas as pessoas transexuais, travestis e transgêneros que vieram antes de mim e que me possibilitaram experimentar a dissidência de gênero. Por fim, gostaria de expressar os meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à presente pesquisa através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

“Coisas mudam quando você se lança de cabeça na transição, o andar, a postura, a forma de interagir com as pessoas, o tom de voz, coisas que vivo como um desafio autoimposto mais do que uma obrigação.”

(Amara Moira)

RESUMO

O espaço geográfico, compreendido como produto das relações sociais, apresenta-se como a dimensão na qual se originam e se materializam os encontros e confrontos entre as estruturas cisnormativas e os grupos que tensionam a imutabilidade binária de gênero. Dessa forma, o presente trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo analisar a relação estabelecida cotidianamente entre os corpos transexuais, travestis e transgêneros e os espaços do município de São Carlos (SP), esforçando-se para compreender como tais corporeidades enfrentam significativas interferências advindas de suas vivências espaciais, ao mesmo tempo em que também são capazes de desestabilizar configurações cisgêneras e produzir novas espacialidades subversivas de acolhimento, sociabilidade e resistência. Assim, para efetivar a investigação científica, considerando a finalidade proposta, foram conduzidos o levantamento, a sistematização e a análise crítica da literatura das principais categorias e conceitos da temática analisada, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas, seguidas pela descrição, análise crítica e interpretação das informações coletadas. Em síntese, os resultados verificaram a existência de um caráter repressivo e marginalizante das espacialidades são-carlenses, que impactam consideravelmente a performance de gênero e a vivência das pessoas trans, em paralelo à presença de fissuras espaciais em oposição aos paradigmas exigidos pela cisgeneridade.

Palavras-chave: Espaço. Corporeidades Trans. Repressão. Resistência. São Carlos (SP).

ABSTRACT

Geographical space, understood as a product of social relations, is the dimension in which encounters and confrontations between cisnormative structures and groups that challenge the immutability of the gender binary originate and materialize. Thus, the main objective of this final course project is to analyze the relationship established daily between transsexual, transvestite, and transgender bodies and the spaces of the municipality of São Carlos (SP), striving to understand how such corporealities face significant interference from their spatial experiences, while also being capable of destabilizing cisgender configurations and producing new subversive spatialities of acceptance, sociability, and resistance. Thus, to carry out the scientific investigation, considering the proposed purpose, a survey, systematization, and critical analysis of the literature on the main categories and concepts of the analyzed theme were conducted, as well as semi-structured interviews. The description, critical analysis, and interpretation of the collected information followed this. In summary, the results verified the existence of a repressive and marginalizing character of São Carlos' spatialities, which considerably impacts the gender performance and experience of transgender people, in parallel with the presence of spatial fissures in opposition to the paradigms required by cisgenderism.

Keywords: Space. Trans corporealities. Repression. Resistance. São Carlos (SP).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Localização do Município de São Carlos (SP).....	49
Quadro 01 - Perfil dos sujeitos entrevistados.....	51
Quadro 02 - Caracterização dos sujeitos entrevistados.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a saúde
Cis	Pessoas que se identificam com o gênero atribuído durante o nascimento
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
HU	Hospital Universitário
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e demais identidades e orientações sexuais
MAPPA	Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção Às Populações LGBTI+
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Trans	Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído durante o nascimento
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	13
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1. A produção do conhecimento.....	15
3.1.1. Distinções entre categorias e conceitos.....	16
3.2. Espaço geográfico e lugar cotidiano: concepções e possíveis interações.....	19
3.3. O pensamento filosófico do corpo e a corporificação da/na Geografia.....	25
3.4. O sexo, o gênero e a performance: construções históricas de regulação social.....	31
3.5. Entre transgeneridade e cisgeneridade: uma análise histórica e conceitual.....	38
3.6. Repressão e Resistência: cisgeneridade e transgeneridade em confronto.....	43
4. ANÁLISE ESPAÇO-CORPORAL: AS EXPERIÊNCIAS TRANS EM SÃO CARLOS (SP).....	49
4.1. Breves considerações: a dimensão espacial e os sujeitos de pesquisa.....	49
4.2. Interações e confrontos: o espaço e o corpo em permanente transformação.....	52
4.3. Espaços de (não) pertencimento: repressão, resistência e transformação.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	78
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	80

1. INTRODUÇÃO

Conforme evidenciado por Henri Lefebvre (2006), o espaço apresenta-se como um produto social, procedente das relações de produção e reprodução encontradas na sociedade capitalista, contemplando a multiplicidade de sujeitos e instituições sociais, sejam eles dominantes ou subalternos. Diante dessa abordagem, o entendimento das espacialidades transcende um mero tratamento reducionista, revelando-se como um conjunto de ações complexas, influenciado de maneira contínua pelas vivências, movimentações e práticas humanas carregadas de intencionalidades (Lefebvre, 2006; Massey, 2008).

Entretanto, como indicam Silva, Ornat e Chimin Junior (2019), as normas hegemônicas impostas ao espaço geográfico visam limitar cotidianamente tais intervenções, subordinando os corpos sociais às noções predeterminadas de movimento, reduzindo-os às intenções ordenadas. Em decorrência desse processo, nota-se que a corporeidade humana converte-se em um objeto nas/das relações sociais e da/na distribuição das convenções vigentes, transformando os sujeitos produtores espaciais em meros usuários alienados, não mais dotados de intencionalidade própria (Lefebvre, 2006).

Todavia, embora se constate a existência de tais processos de subjugação, reconhece-se também uma significativa emancipação das corporeidades dissidentes. O corpo vivo e sedicioso, especialmente o corpo transexual, travesti ou transgênero, exerce uma função determinante na reinvenção das espacialidades e na formação de novas possibilidades de existência. Como destacado por Nolasco-Silva e Vieira (2010), as redes de indisciplina dos corpos trans se consolidam como um momento de conturbação socioespacial, com o potencial de desestruturar as convenções cisnormativas e, por consequência, estimular a criação de novos espaços e perspectivas de gênero que desafiam a tendencial imutabilidade binária.

Essa realidade manifesta-se de forma particularmente expressiva no município de São Carlos (SP), situado na região Centro-Oeste do estado de São Paulo, que constitui o recorte territorial de análise da presente investigação. O contexto local é fortemente caracterizado por práticas normativas de caráter cisgênero e heterossexual que incidem diretamente sobre as múltiplas vivências espaço-corporais, produzindo limites e constrangimentos no cotidiano da população LGBTI+, especialmente aos grupos dissidentes de gênero. Esse conservadorismo, entretanto, articula-se de maneira contraditória a um relevante histórico jurídico, administrativo-institucional e sociocultural, no qual se observa uma trajetória significativa de organização, mobilização e resistência das minorias sexuais e de gênero.

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar a relação estabelecida cotidianamente entre os corpos travestis, transexuais e transgêneros e os espaços do município de São Carlos (SP), buscando compreender como essas corporeidades dissidentes de gênero enfrentam significativas interferências advindas de suas vivências espaciais, ao mesmo tempo em que também são capazes de desestabilizar convenções e/ou produzir espacialidades de acolhimento e resistência. Como objetivos específicos, por sua vez, compreende-se: (1) investigar como se configuram os encontros e confrontos entre os corpos trans e as normas cisgêneras; (2) examinar os efeitos dessa oposição sobre tais corporeidades; (3) identificar, a partir da perspectiva desse grupo social, os espaços de repressão e de resistência na delimitação espacial definida.

A justificativa intrínseca deste estudo é fundamentalmente acadêmica e social, destacando-se como uma importante contribuição para a consolidação de uma análise geográfica que valorize a pluralidade e reconheça a participação de sujeitos trans na produção dos espaços sociais, uma vez que a população dissidente de gênero permanece oprimida e marginalizada, enfrentando graves limites à participação sócio-política-espacial e representação nos espaços acadêmicos. Somente ao ampliar a dimensão de leitura dos espaços, em uma ciência que, tradicionalmente, negligencia tais existências e suas respectivas potencialidades, faz-se possível requerer novos instrumentos de políticas públicas que reconheçam a necessária superação da normatividade espacial cisgênera.

2. METODOLOGIA

Para concretizar a presente investigação científica, considerando os objetivos propostos, foram realizados inicialmente o levantamento, a sistematização e a análise crítica da literatura com relação às principais categorias e conceitos explicativos do fenômeno analisado, tais como espaço, lugar cotidiano, corpo, gênero, performance, transexualidade, travestilidade, transgeneridade, repressão e resistência. Nesse procedimento, obtiveram relevância, principalmente, as obras de Henri Lefebvre, filósofo responsável pela elaboração da tríade dialética da produção do espaço, Doreen Massey, geógrafa estimável pelas suas contribuições acerca do conceito de espaço e lugar cotidiano, Judith Butler, filósofa conceituada nas discussões sobre gênero e performance, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Jaqueline Gomes de Jesus e, por fim, Bruna Benevides, respeitáveis referências do ativismo trans* na história contemporânea do território brasileiro.

A segunda etapa, por sua vez, correspondeu à identificação de sujeitos sociais trans e suas formas de organização. Em outras palavras, transcorreu uma pesquisa de campo visando identificar, conhecer e localizar a existência de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, através do contato inicial com grupos de apoio e/ou organizações sociais localizadas no município de São Carlos (SP), como o Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção Às Populações LGBTI+ (MAPPA) e o GT Transformar – UFSCar. Essa comunicação inicial, em conjunto com a realização de uma ampla divulgação de uma chamada para entrevistas nas redes sociais e grupos de WhatsApp, garantiu a formação de um conjunto significativo de participantes potenciais para o prosseguimento da pesquisa.

Por consequência, com os sujeitos encontrados e contactados, iniciou-se a terceira fase da pesquisa. O roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A) foi confeccionado, submetido na Plataforma Brasil e, após sua aprovação sob o parecer nº 7.669.052, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Franca, os encontros individuais com os participantes foram realizados, on-line e/ou presencialmente, visando identificar a percepção dos sujeitos acerca da construção das espacialidades normativas do município, os possíveis espaços de resistência e as influências destas interações para a construção de seu corpo e identidade. Cabe destacar que, ao todo, foram entrevistadas sete pessoas, sendo: dois homens trans, duas transfemininas, uma travesti e dois não-binários, com suas participações formalizadas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

É relevante salientar que a execução da entrevista exigiu uma série de cuidados preliminares. O pesquisador assumiu a responsabilidade de agendar, com antecedência, o local e o horário da entrevista, respeitando as condições e disponibilidades indicadas pelo próprio entrevistado, visando evitar imprevistos e assegurar, ainda que minimamente, um ambiente capaz de proporcionar silêncio, privacidade e conforto (Maia, 2020). Além disso, com o intuito de oferecer o suporte necessário durante a condução das entrevistas, reconheceu-se a necessidade do desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais, tais como empatia, acolhimento, sensibilidade e responsabilidade ética perante a delicada temática e os riscos associados (Sionek; Assis; Freitas, 2020). Ademais, tornou-se indispensável também adquirir, preparar e testar o equipamento de gravação de áudio, com o objetivo de garantir o registro completo de cada entrevista, sob a devida autorização do participante, sem a ocorrência de falhas técnicas inesperadas (Maia, 2020).

Posteriormente, os dados foram submetidos às fases de descrição, análise crítica e interpretação, fundamentadas nas proposições de análise qualitativa de Alves e Silva (1992) e Maia (2020). Ao longo da fase de descrição, houve a transcrição da interação verbal na íntegra, preservando o anonimato, os erros de fala e as expressões linguísticas, garantindo uma leitura dinâmica e recorrente do conteúdo. Na etapa de análise, por sua vez, foram realizadas a descrição e a organização do conteúdo visando a identificação de padrões, categorias, temas e/ou sentidos recorrentes nos diálogos dos entrevistados. Por fim, na fase de interpretação ocorreu a unidade e correlação entre os dados coletados nas entrevistas com o material do referencial teórico selecionado, objetivando caracterizar os sujeitos sociais, classificar os espaços identificados como normativos ou disruptivos através dos sujeitos sociais e seus níveis de apropriação e, conseqüentemente, compreender como os corpos trans são impactados pelos espaços do município. Para finalizar, após a conclusão de todas as fases de levantamento, sistematização e análise crítica, prosseguiu-se a redação final, permitindo a exposição das informações coletadas e do pensamento crítico desenvolvido.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. A produção do conhecimento.

Na trajetória de construção da pesquisa científica proposta, torna-se de fundamental relevância dissertar, inicialmente, acerca do significado do conhecimento. Como discorrido por Fogel (2002), o conhecimento sempre denotou uma problemática de grande relevância na história da filosofia. Isto porque, tal ato psíquico (Lalande, 1999) apresenta-se como uma aproximação entre a compreensão humana e a realidade material, capaz de incorporar a dimensão concreta à inteligência humana e, conseqüentemente, proporcionar uma representação da realidade (base material objetiva) de acordo com a percepção e construção subjetiva¹ dos sujeitos sociais (Fogel, 2002).

Embora esse entendimento contenha um caráter particular e/ou individual, o conhecimento apresenta-se também como um fato universal. De acordo com Lefebvre (1990), o conhecimento sobre objetos, seres vivos e outros seres humanos expressa-se desde o início da vida humana, ostentando três características intrínsecas. Em primeiro lugar, o conhecimento configura-se de forma prática. Isto é, todo conhecimento origina-se de experiência vivencial para, posteriormente, alcançar a abstração. Já em segundo lugar, torna-se fundamental destacar o caráter social de tal função psíquica. O conhecimento humano somente adquire contornos no processo de descoberta de outros seres no decurso da vida social. Por fim, em terceiro lugar, o ato de conhecer evidencia uma dimensão histórica, ou seja, todo conhecimento foi adquirido, conquistado e, subseqüentemente, transmitido.

Sob tais perspectivas, o conhecimento manifesta-se como uma propriedade mental dos sujeitos sociais responsável pela mediação, conexão e representação entre sujeito-objeto, sujeito-sujeito e sujeito-mundo (Fogel, 2002). Nesse processo, a representação da materialidade espacial estabelecida pelos seres humanos ultrapassa as próprias características dos sujeitos e objetos apreciados. No ato psíquico, os sujeitos pensantes associam novas particularidades aos objetos/sujeitos/mundos, advindas de suas próprias percepções, experiências e pensamentos, resultando em uma rerepresentação mental e, conseqüentemente, na formulação do conhecimento (Fogel, 2002).

Nessa concepção em que conhecer é representar com base nas percepções dos seres humanos, torna-se imprescindível admitir a existência de uma relação indissociável entre a

¹ É imprescindível evidenciar que, embora haja essa carga subjetiva, ela não corresponde a um subjetivismo. Trata-se de ver o conhecimento como uma construção sócio-histórica, resultado de uma atividade prático-teórica do trabalho humano e que, por conseqüência, viabiliza a compreensão da existência/realidade concreta do ser (Souza, 2020a).

produção do conhecimento e as categorias e conceitos (Jantsch, 2008). Conforme exposto por Souza (2020), as categorias e conceitos apresentam-se como uma expressão do real. Em outras palavras, tais elementos analíticos representam a reprodução da realidade no pensamento concreto, ultrapassando um mero reflexo e proporcionando assim o conhecimento da dimensão da realidade. Logo, com o objetivo de construir uma base teórico-metodológica capaz de auxiliar na análise da realidade em busca de argumentos para a hipótese de que as corporeidades dissidentes de gênero se constroem no espaço e, concomitantemente, influenciam na criação de espaços sociais que desafiam as normas cis-heteronormativas, torna-se indispensável, para além do conhecimento, investigar as categorias e conceitos em fundamentos filosóficos e estabelecer uma definição para os dois instrumentos intelectuais (Bernardes, 2011).

3.1.1. Distinções entre categorias e conceitos.

No decorrer das discussões filosóficas e científicas, o termo “categoria” exibiu distintas significações. De acordo com Mora (1978), o primeiro pensador a utilizar essa expressão alicerçada em um sentido técnico foi Aristóteles. Para o filósofo grego, as categorias constituíam-se como proposições capazes de auxiliar na identificação de características dos diferentes seres. Sob tal perspectiva, o Estagirita estabeleceu dez categorias centrais que possibilitam o agrupamento de diferentes propriedades descritivas, sendo elas: a substância, a quantidade, a qualidade, a relação, o lugar, a situação ou posição, a posse ou condição, a ação e, por fim, a paixão (Mora, 1978). Contudo, essa concepção apresentou atributos questionáveis. Isto porque, a natureza destas categorias aparenta ser destituída de princípios formadores, resultando na formação de diferentes interpretações possíveis acerca de sua definição e na ausência de compreensão em relação às motivações para a escolha de tais categorias primaciais (Mora, 1978).

Dessa forma, com o objetivo de superar essa teorização aristotélica, Kant propôs uma drástica transformação formulando uma nova definição e um novo sistema de categorias. Para o pensamento kantiano, as categorias se apresentam como conceitos fundamentais, originados previamente à experiência, capazes de proporcionar um conhecimento da realidade fenomênica (Mora, 1978; Bernardes, 2011). Nesse sentido, é possível afirmar que esse instrumento intelectual concebe o objeto do conhecimento e, assim, possibilita o saber sobre os objetos/sujeitos/mundos. Logo, com o intuito de sistematizar as categorias originárias do entendimento, o filósofo estabeleceu uma nova enumeração, baseada no princípio da faculdade do juízo, sendo composta pelas:

categorias da quantidade (unidade, pluralidade, totalidade); as categorias da qualidade (realidade, negação, limitação); as da relação (substância e acidente; causalidade e dependência; comunidade ou reciprocidade entre agente e paciente); as de modalidade (possibilidade-impossibilidade; existência-não existência; necessidade-contingência) (Mora, 1978, p. 32).

A estruturação de tais categorias fundamentais, derivadas desse pensamento filosófico kantiano, viabilizou e segue viabilizando a assimilação de outros conjuntos categoriais, denominados categorias histórico-metodológicas. Como exposto por Wachowicz (2001), as categorias metodológicas organizam a teoria utilizada por cada pesquisador em seu trabalho, constituindo-se como fundamentais para o estabelecimento da própria ciência e, conseqüentemente, para o conhecimento da materialidade da realidade humana (Souza, 2020b; Souza, 2020c). Logo, esses conjuntos categoriais apresentam-se na centralidade dessa presente investigação científica. Isto porque, a indicação e compreensão de determinadas categorias histórico-metodológicas, associadas à temática das interações entre as corporeidades travestis e transexuais com os espaços sociais, possibilitará o entendimento dos diferentes modos de ser/existir e identificar os aspectos essenciais para o ser-no-mundo, de maneira universal e irrestrita a um período histórico específico (Bernardes, 2011; Souza, 2020; Silva, 1986).

Por sua vez, o termo “conceito” também exibiu distintas significações no decurso das discussões filosóficas e científicas. Como evidenciado por Mora (1978), tal instrumento analítico apresentou seus contornos iniciais apoiados na lógica formal de inspiração aristotélica. Em conformidade com essa perspectiva, o conceito apresentou-se como uma forma de organização mental, capaz de compreender o conhecimento obtido sobre a realidade, superando a simples descrição de características gerais de um determinado grupo (Mora, 1978). Assim, para o pensamento aristotélico, os conceitos elaborados pela psique equiparam-se às formas da realidade.

Entretanto, essa concepção pode ser apreendida e redefinida com base na teorização hegeliana. Para o filósofo germânico Hegel, o conceito constituiria-se como um intermédio entre o ser e o devir, bem como entre o imediato e a reflexão (Mora, 1978). Em outras palavras, o conceito estaria alojado entre o que algo é e seus contínuos processos de mudança, como também entre a realidade manifestada e a forma como a compreendemos, incorporando, desse modo, uma dimensão dialética. Nesse sentido, torna-se possível interpretar que há um vínculo entre o pensamento e a realidade. Isto porque, o modo como pensamos sobre a realidade objetiva, através da utilização dos conceitos, reverbera na maneira como a realidade se organiza e, ao mesmo tempo, se transforma (Mora, 1978).

Posto isso, na presente investigação científica, o conceito será apreendido enquanto um conjunto de aspectos determinados de um objeto/sujeito/mundo real, capaz de proporcionar uma valiosa ferramenta de pesquisa (Bernardes, 2011; Lefebvre, 1999). Contudo, como discorrido por Lefebvre (1999), torna-se imprescindível evidenciar que tal instrumento, caracterizado pela intermediação entre o ser e o devir, constitui-se como um pensamento vivo, sempre em processo de elaboração, enriquecendo-se cotidianamente em termos de compreensão e extensão, ou seja, manifestando permanentemente novas qualidades do ser designado, assim como novos integrantes ao conjunto dos seres que o conceito designa. Destarte, o pensamento científico elabora-se através do próprio movimento do conceito (Jantsch, 2008).

Por último, deve-se evidenciar que o conceito estabelece-se de maneira concreta, afastando-se do abstracionismo (Mora, 1978). Isto porque, tal aparato analítico designa-se como um entendimento do real, caracterizado pelas dimensões históricas, contraditórias e de movimentação. Em outras palavras, o conceito é uma existência consciente que se faz presente em cada tempo histórico de tal forma que cada tempo-espaço concebe os seus próprios conceitos (Jantsch, 2008). Logo, enquanto as categorias histórico-metodológicas têm a capacidade de atravessar toda a vivência humana sem restringirem-se a um período histórico específico, os conceitos indicam um contexto temporal determinado (Souza, 2020).

Nesse sentido, o pressuposto inicial para o desenvolvimento de qualquer teoria é o próprio estabelecimento de categorias capazes de concretizar o pensamento universal, seguido pela elaboração de conceitos apropriados para proporcionar um maior nível de concretude (Silva, 1986). Para Bernardes (2011), apenas esse processo analítico tem a potencialidade de compreender a totalidade, composta pelo singular, particular e universal, como uma unidade sintética do diverso, tornando possível a realização de uma profunda investigação científica.

Assim, o método deve-se iniciar através do conhecimento das abstrações que somente as categorias universais são capazes de captar e, de fato, apreender. Contudo, o procedimento científico somente avança conforme o pensamento se prolonga a ponto de originar os conceitos metodológicos. São tais conceitos que tornam possíveis não somente a abstração, mas também a compreensão da realidade concreta, a aproximação dos níveis de particularidade e singularidade e, conseqüentemente, a representação da essência dos fenômenos sociais analisados (Silva, 1986).

Logo, com o intuito de dar continuidade à presente investigação, será adotado a seguir o procedimento de definição e levantamento bibliográfico das principais categorias e conceitos da pesquisa, atentando-se para a importância teórica que eles possuem na

explicação do objeto de análise. Afinal, somente a reflexão sobre o espaço, o corpo, a transexualidade, travestilidade e transgeneridade, a repressão e a resistência viabilizarão uma análise crítica acerca da espacialização e corporificação dos fenômenos de exclusão e, também, de resistência da população travesti, transexual e transgênero, residente no município de São Carlos - SP.

3.2. Espaço geográfico e lugar cotidiano: concepções e possíveis interações.

A noção de espaço sempre se constituiu como uma importante preocupação filosófica. Como evidenciado pela proposição aristotélica, tudo aquilo que não está em nenhuma parte não existe, ou seja, a categoria espacial é um princípio fundamental para assegurar a compreensão no que concerne à materialidade humana (Santos, 1988). De forma semelhante, essa concepção também se apresenta nos pensamentos filosóficos mais recentes. Para o filósofo alemão Ernst Cassirer (1957), por exemplo, não existem criações do espírito humano que estejam desassociadas do mundo do espaço. Pelo contrário, todas procuram distintas formas para se sentir à vontade dentro dele.

Contudo, apesar da importância dessa apreensão metafísica em relação à espacialidade, a teoria geográfica precisou estabelecer o seu próprio domínio. Os conceitos filosóficos auxiliaram a ciência geográfica no processo de verificação dos limites estabelecidos e, por consequência, proporcionaram um avanço em direções que a própria filosofia não foi capaz de assimilar (Lefebvre, 1975). Nesse encadeamento, a Geografia superou a aplicação dos conceitos filosóficos e construiu-se, por intermédio de si mesma, como uma ciência sistematizada, atravessada por evoluções teórico-conceituais que garantiram diversas construções e reconstruções desse conceito central – espaço geográfico – como um dos ângulos de análise de suas objetivações (Polon, 2016).

Essa construção teórico-conceitual é cognoscível mediante a exposição da linha histórica das correntes geográficas. Inicialmente, a Geografia estabelece-se como uma disciplina institucionalizada, consolidando, em 1870, a chamada “Geografia Tradicional”, que se conserva, majoritariamente, até 1950 (Polon, 2016). Sob essa perspectiva, observa-se o predomínio dos conceitos de paisagem e região, em oposição ao conceito de espaço que se apresenta de forma secundária. Entretanto, como exposto por Corrêa (1995), mesmo não ocupando a centralidade nas discussões teóricas, o espaço manifesta-se nas obras de duas grandes personalidades: Friedrich Ratzel e Richard Hartshorne.

Nos trabalhos de Ratzel, o espaço revela-se como uma base substancial para o desdobramento da vida dos seres humanos. Isto porque, conforme evidenciado por Moraes

(1990), a apropriação das espacialidades – nomeada como território – é o que viabiliza o desenvolvimento tecnológico das sociedades, constituindo o que ele designa como “Espaço Vital”. Hartshorne, por sua vez, estabelece um novo conceito intitulado “Espaço Absoluto”. Fortemente influenciado pelas ideias de Immanuel Kant e Newton, o geógrafo estadunidense concebe o espaço como um quadro intelectual – um conceito abstrato que não existe em realidade – no qual os fenômenos são distribuídos e posicionados (Corrêa, 1995).

Já no início da década de 1950, fomentada a Revolução Teorético-Quantitativa, o espaço declara-se como um conceito-chave na história do pensamento geográfico (Polon, 2016). Fundamentada nas premissas das ciências da natureza, essa categoria se expressa através de duas principais vertentes de análise, sendo elas: a Planície Isotrópica e a Representação Matricial (Corrêa, 1995). De acordo com Polon (2016), a descrição de espaço, enquanto uma planície isotrópica, é assimilada a uma superfície plana e homogênea que adquire especificidades mediante as atividades humanas. Para as representações matriciais, de forma diferente, o espaço apresenta-se como uma totalidade de pontos conectados entre si.

Transcorrido esse período, uma nova abordagem surge na década de 1970, denominada Geografia Crítica. Assentada no materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, essa corrente rompe com a Geografia Tradicional e Teórico-quantitativa (Polon, 2016). Em meio às suas discussões, o espaço assume novamente uma posição central, especialmente nas obras de Henri Lefebvre. Para o sociólogo, a definição de espaço não deve preservar a ideia de um espaço absoluto e, para além disso, deve ultrapassar a ideia de um mero produto social. Isto porque, o espaço é social mas também é vívido. É uma dimensão em constante correlação com a prática social, capaz de exercer uma atribuição decisiva para a estruturação de uma totalidade e de um sistema e, assim, garantir a reprodução das relações de produção (Lefebvre, 1976; Corrêa, 1995).

Concomitantemente, a construção teórico-conceitual da ciência geográfica foi também atravessada pelo surgimento da Geografia Humanista. Embasada filosoficamente na fenomenologia e no existencialismo, tal abordagem apoia-se na subjetividade, nos sentimentos e na experiência, priorizando o singular em oposição ao particular e universal (Corrêa, 1995). Conforme destacado por Corrêa (1995), essa perspectiva desdobra-se a partir do conceito-chave de lugar e revaloriza as definições de paisagem, região e território. Já o espaço assume o significado de espaço vivido, proposto por Yi-Fu Tuan (1979), com uma interpretação distinta daquela do espaço vivido de Henri Lefebvre, correlacionando-se à experiência pessoal e subjetiva dos sujeitos e/ou grupos sociais. Entretanto, ainda que esses

estudos apresentem uma grande relevância teórica, essa linha de pensamento culturalista defronta-se com algumas limitações para concretizar sua consolidação (Polon, 2016).

Contudo, embora o conceito de espaço tenha sido objeto dessas intensas reflexões ao longo da história (Lefebvre, 2006), principalmente no âmbito da filosofia e da geografia, a sua compreensão contemporânea vem se caracterizando como uma referência conceitual (Massey, 2004; Cardoso; Estefani, 2025). Nesse contexto, manifesta-se a necessidade de esclarecer a significação empregada na presente pesquisa, baseando-se, especialmente, nas obras de Henri Lefebvre, já apresentadas anteriormente, e Doreen Barbara Massey, uma relevante geógrafa britânica que contribuiu ativamente para o enfrentamento da banalização dessa importante categoria. Como resposta a essa inquietação, a autora (2004) apresenta em suas análises uma concepção própria para elucidar a sua perspectiva conceitual. Em sua abordagem, o espaço surge através de um processo constante de produção e devir, adquirindo um caráter mutável em que a centralidade humana ganha significativo destaque.

Conforme ressaltado por Lefebvre (2006), o espaço geográfico é social, carecendo de significados na ausência da presença humana. O ser humano, enquanto componente do espaço, exerce influência na modificação deste em conformidade com suas necessidades, estabelecendo uma relação ativa. No entanto, é preciso ressaltar que o espaço não é passivo diante da atividade humana. Como enfatizado por Pires (2018), embora o espaço seja um produto social, ele também desempenha o papel de produtor, intervindo na vida cotidiana através de intencionalidades específicas. Assim, a espacialidade não é apenas um resultado das relações sociais, mas também um meio e condição essencial para que elas se materializem, constituindo-se em um “condicionante condicionável” (Santos, 2002).

A geógrafa Massey (2004), em sua obra, aprofunda ainda mais sua discussão ao enfatizar a necessidade de também considerar que os espaços não se organizam de maneira homogênea e isolada, mas de forma inter-relacional em uma esfera de multiplicidades e singularidades coexistentes que apresentam diferentes escalas:

O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: multiplicidade e espaço são co-constitutivos (Massey, 2004, p. 8).

Essa multiplicidade, caracterizada como a diversidade de elementos geográficos e distintas possibilidades de trajetórias e narrativas que convergem em um mesmo espaço, é responsável por viabilizar as singularidades dos lugares, objetos e humanos corporificados,

resultando na existência singular de cada elemento em uma esfera de múltiplas possibilidades (Costa, 2022). No entanto, sob essa perspectiva, é imprescindível indicar a manifestação de uma força desigual de produção socioespacial entre as inúmeras singularidades que coexistem de forma conjunta e relacional no espaço. Nesse contexto, embora uma trajetória ou narrativa não anule a possibilidade de existência de outras, já que ambas existem simultaneamente no espaço geográfico, percebe-se uma tentativa significativa de silenciamento e regulação das práticas contra-hegemônicas.

No decorrer desse processo, no qual tudo passa a existir em um campo de inúmeras possibilidades, impregnado por limitações normativas, emerge a natureza social do espaço. Para Costa (2022), é neste momento que se torna possível reconhecer que as formas espaciais não surgem de um determinismo natural ou cultural, mas que são socialmente construídas através de deliberações. Este reconhecimento, ainda de acordo com o autor, significa compreender que, apesar da predominância de uma voz imperante – homem branco, cisgênero e heterossexual –, os princípios de multiplicidade, singularidade e simultaneidade, incorporados por Massey, podem atuar como ferramentas conceituais capazes de destacar a não unicidade dessa voz. Isto porque, mesmo quando uma construção se torna hegemônica, ela representa apenas uma entre muitas outras, cada uma trilhando sua trajetória de forma coetânea, capacitada para produzir espaço e (re)produzir sua própria corporeidade, ainda que de maneira desigual (Cardoso; Estefani, 2025).

Em suma, a compressão de Massey (2004), em relação ao espaço geográfico, destaca a sua natureza como produto das relações sociais, a presença da multiplicidade e singularidade de trajetórias e narrativas – mesmo que algumas sejam concretamente invisibilizadas histórica e espacialmente, assim como o seu processo de devir, incapacitado de alcançar um estado final e imutável. Nesse sentido, tal perspectiva abre caminhos para uma análise mais aprofundada sobre a teoria da produção do espaço social, construída por Henri Lefebvre, que, atualmente, vem sendo sobejamente utilizada para a compreensão das novas configurações espaço-temporais exigidas por novas condições sociais contemporâneas (Schmid, 2012).

Para Lefebvre (2006), a produção cotidiana e histórica do espaço se expressa na compreensão de que o espaço geográfico se constrói a partir de um conjunto de manifestações: uma manifestação material, concreta e externa aos corpos, ao mesmo tempo em que há também uma manifestação abstrata, subjetiva e interna aos corpos. Essa dialética da produção do espaço, no entanto, é compreendida a partir de três momentos distintos, que formam uma triplicidade indissociável, que aqui merece destaque, sendo eles: “do percebido

(prática espacial), do concebido (representações do espaço) e do vivido (espaço de representação)” (Costa, 2022, p. 45).

O espaço percebido, denominado espaço da prática espacial, é compreendido como uma dimensão material das atividades e das interações sociais, percebido através dos sistemas sensoriais do corpo humano (Schmid, 2012). De acordo com Costa (2022), é no âmbito dessa espacialidade que se torna possível, por meio da prática espacial, alterar a materialidade percebida e, simultaneamente, modificar a percepção de determinados espaços, dando continuidade ao inacabado processo de produção.

Já o espaço concebido, muitas vezes, referido como representação do espaço, é associado à produção do conhecimento, necessitando de atos de pensamento para que possa ser concebido na materialidade humana (Schmid, 2012). Nesse sentido, como destacado por Lefebvre (2006) e Costa (2022), o espaço concebido refere-se às concepções técnicas do espaço, elaboradas pelos cientistas, urbanistas e tecnocratas, assim como pelos sujeitos que vivenciam cotidianamente o espaço e que ultrapassam as abordagens meramente formalistas, incluindo elementos simbólicos.

Por fim, a terceira dimensão proposta é denominada como espaço vivido ou espaços de representação. Conforme elucidado por Lefebvre (2006), essa espacialidade permite modificações, apropriações e experimentações a partir da imaginação humana e da vivência cotidiana dos sujeitos. Dessa forma, o espaço vivido pode ser resumido como uma síntese entre o percebido e o concebido, ou seja, como uma coexistência das materialidades e das elaborações simbólicas do espaço encontradas na vida cotidiana (Costa, 2022).

Para Catalão (2010, p. 20):

É no espaço vivido, quotidianamente experienciado, que se guardam as representações da vida e inscrevem-se os trajetos e as trajetórias individuais e coletivas. Nesse espaço, mesclam-se o real, o concreto e o imaginado, pois é a dimensão dos momentos únicos em que o espaço é produzido e nos quais se tornam concretas as abstrações e percebem-se as modificações resultantes da práxis.

Nesse sentido, Lefebvre (2006) evidencia como as ações, vivências e imaginações humanas, até mesmo aquelas associadas aos aspectos clandestinos e à vida furtiva, desempenham um papel fundamental na construção espacial, especialmente quando analisadas sob a ótica dos espaços de representação. Nesse contexto, os corpos que não se conformam aos padrões de apropriação apresentam a possibilidade de desafiar as normas hegemônicas, contribuindo para a criação de espaços de (re)existência e evidenciando então os aspectos de multiplicidade e singularidade de espaços e narrativas propostos por Doreen

Massey, mas sem desconsiderar as profundas desigualdades existentes entre elas (Cardoso; Estefani, 2025).

Entretanto, apesar da assimilação do espaço geográfico como um produto histórico e social possibilitar a compreensão da materialização espacial das interações sociais (Carlos, 2007a), é imprescindível ratificar que a dimensão abstrata, inerente a essa categoria de análise, impossibilita os sujeitos sociais de estabelecer relações diretas com a totalidade espacial em suas vidas cotidianas (Cardoso; Estefani, 2025). Conforme elucidado por Costa (2022, p. 48), as experiências cotidianas se materializam em uma dimensão singular do espaço, denominada como lugar geográfico, possibilitando a construção de uma percepção, vivência e produção espacial pelos sujeitos:

Assim, o lugar geográfico corresponde aos espaços que são vivenciados cotidianamente pelos sujeitos, ao “[...] espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’” (LEFEBVRE, 2006, p. 66). Trata-se da dimensão espacial vivida cotidianamente, na qual os sujeitos estabelecem suas inter-relações singulares e multiescalares em uma esfera de multiplicidades, e na qual percebem e modificam a materialidade do espaço criando intelectualmente suas respectivas representações espaciais.

Nessa perspectiva, a categoria “lugar” adquire uma dimensão prático-sensível, ou seja, real e concreta (Carlos, 2007b). De acordo com Carlos (2007b), o lugar declara-se como o próprio mundo vivido, tecido pelas relações sociais. É a espacialidade passível de ser percebida, pensada e apropriada por intermédio do corpo. Assim, no instante em que o sujeito passa a vivenciar cotidianamente lugares estabelecidos, mesmo que de maneira banal e acidental, torna-se possível apreender os diferentes modos de uso: o habitar, o transitar, o relacionar, o trabalhar e o lazer. Dessa forma, ao analisar essa relação estabelecida entre os sujeitos e os espaços habitados, viabiliza-se o entendimento da condição desigual de existência social dos seres humanos bem como dos próprios processos de apropriação espacial.

A relevância dessa apreensão é a sua capacidade de evidenciar que, nesse processo de produção do lugar e da vida, os sujeitos e as espacialidades se pertencem mutuamente, garantindo a formação histórica, identitária e cultural (Carlos, 2007b). Portanto, além do mero usufruto e da modificação, o sujeito se reconhece ou se dilui no uso e nos sentidos dos lugares que ocupa (Carlos, 1993). Logo, o lugar, para além de ser meramente um espaço de vivências cotidianas e interações diárias entre o corpo e o espaço geográfico, também se configura como espacialidade das multiplicidades multiescalares (Costa, 2022). Para Massey (2008), a multiplicidade de sujeitos, lugares e narrativas que coexistem em um mesmo espaço e tempo em uma interligação constante, é o que torna possível a ocorrência de encontros e confrontos

entre as corporeidades humanas e os lugares, capazes de preservar ou alterar significativamente as relações de produção, reprodução e poder e, ao mesmo tempo, garantir o reconhecimento e a alienação dos sujeitos sociais.

Neste contexto, torna-se perceptível a potencialidade corporal dos seres humanos, uma vez que, para que os sujeitos possam perceber, conceber e modificar o espaço, na escala do vivido, ou seja, no lugar geográfico, faz-se necessária a utilização do corpo. Conforme salientado por Carlos (2007a), é através do corpo e de seus sentidos que se torna possível construir e utilizar os lugares e se apropriar do mundo. A corporalidade constitui-se então como o nó vital de toda história e qualquer cultura (Perec, 1995 apud Carlos, 2007b). Diante disso, torna-se imprescindível também discorrer acerca dessa categoria elementar, constantemente negligenciada como uma genuína manifestação dos sujeitos, em uma tentativa de (re)corporificar a ciência geográfica.

3.3. O pensamento filosófico do corpo e a corporificação da/na Geografia.

No decorrer da história da humanidade, cada época, cultura e espacialidade concebeu práticas particulares capazes de garantir uma certa compreensão da existência humana. Nesse sentido, ao realizar um resgate histórico da categoria corpo, encontra-se uma exacerbada heterogeneidade de significações, derivadas de múltiplos estudos, promovidos em distintas áreas do conhecimento, tais como filosofia, antropologia, sociologia, psicologia e medicina (Oliveira; Barbosa, 2021). Desse modo, como apontado por Santin (1989), a resposta sobre o que é o corpo não é única. Pelo contrário, cada ciência e sociedade estabelecem o seu próprio entendimento, conforme os seus princípios, premissas e valores culturais, determinados, majoritariamente, pela classe social dominante.

No âmbito filosófico, foco inicial e indispensável para essa análise, o corpo apresenta-se como uma criação conceitual, seguindo o processo de construção do saber racional ocidental, constituído através de valores socioculturais, econômicos e políticos (Santin, 1989). Assim, cabe evidenciar que, no escopo dessa disciplina, o corpo retratado não corresponde, necessariamente, ao corpo vivido da esfera existencial. Na verdade, é somente a sistematização de um conhecimento científico e/ou intelectual em contraste com a vivência concreta da corporalidade (Santin, 1989). Portanto, em uma tentativa de resgatar as diferentes concepções corporais e, quem sabe, proporcionar uma compreensão geográfica sobre um corpo vivido e verdadeiramente existencial, impõe-se a necessidade de apresentar, preliminarmente, as diferentes perspectivas corporais abordadas pela filosofia (Santin, 1989).

Como destacado por Santin (1989), a concepção de corpo manifesta-se somente com a formação do pensamento filosófico. As comunidades ancestrais, predominantemente, não ostentavam a consciência do seu próprio corpo e individualidade, confundindo-se constantemente com a identidade coletiva. Esse processo pode ser evidenciado pelas colocações de Le Breton (2016) em relação às sociedades antigas. De acordo com o antropólogo (2016), a sociedade canaque, formada pelo povo indígena melanésio da Nova Caledônia, por exemplo, não distinguia os seus elementos corporais dos elementos do reino vegetal. Nessa perspectiva, a pele humana e a casca da árvore, bem como a estrutura óssea e o coração da madeira, recebiam a mesma classificação.

Esse entendimento comunitário, entretanto, é superado com a consolidação do pensamento racional e, por consequência, a formação da filosofia grega. Nessa corrente teórica, o corpo assume uma nova abordagem, alicerçada em três perspectivas primordiais existentes nesse contexto. A primeira se refere à distinção entre o corpo e a alma, a segunda, por sua vez, à relação com as divindades e a imortalidade e, por fim, a terceira, à diferenciação entre o humano e o animal (Santin, 1989). Essas concepções podem ser verificadas, principalmente, nas obras de Platão, um importante filósofo que influenciou profundamente a cultura ocidental e descreveu teses importantes sobre o corpo e a corporeidade (Santin, 1989).

Para a doutrina platônica, o humano abriga no interior de seu corpo duas almas distintas. Uma alma imortal, situada na cabeça e segregada do resto do corpo pelo pescoço – em uma tentativa de evitar a sua contaminação – e uma alma mortal, dividida em duas partes: uma superior, posicionada no tórax e outra inferior, localizada no ventre (Santin, 1989). Sob essas distinções, o filósofo estabelece uma diferenciação social hierárquica. Nessa classificação, os sujeitos com o predomínio da alma imortal na cabeça constituem os filósofos e governantes da sociedade. Já os indivíduos com a preponderância da alma mortal no tórax formam os guerreiros, responsáveis pela defesa da comunidade. Por fim, as pessoas com a alma mortal associada ao ventre formam os escravos, os trabalhadores e os homens de negócios, corriqueiramente associados ao desejo de bens materiais (Simões, 1998).

Dessa maneira, observa-se que o pensamento de Platão encara o corpo como uma poderosa fonte de interferência para o funcionamento da razão, associando-o a um cárcere da alma com inclinações para o mal², principalmente para as camadas sociais inferiores (Santin,

² Convém ressaltar, ainda que brevemente, que essa ideia é, posteriormente, incorporada também às premissas judaico-cristãs (Simões, 1998). O corpo, para o pensamento cristão, transforma-se em um símbolo de deterioração da alma e procedência de vícios que deve ser disciplinado através de penitências em uma tentativa de preservar a elevada condição espiritual da alma (Santin, 1989; Simões, 1998).

1989). Todavia, é imprescindível destacar que o pensamento grego não se restringe somente à visão platônica do corpo humano. O filósofo Aristóteles, por exemplo, apesar de também reforçar a separação entre o corpo e a alma, reconhece em suas obras a importância da presença da corporalidade e dos seus sentidos na formulação do conhecimento (Simões, 1998). Além disso, existe na própria cultura grega, identificada pela mitologia, arte, teatro e rituais festivos, o enaltecimento do corpo e a exaltação dos valores da beleza, evidenciando que os padrões estéticos associados com o corpo humano, em certas circunstâncias, conviveram com os privilegiados valores da racionalidade ocidental (Santin, 1989).

A partir do século XV, essas concepções associam-se a uma nova interpretação. Em decorrência da superação do sistema feudal e do surgimento do capitalismo mercantil, manifesta-se um novo paradigma para as ciências e artes, também assegurado pela superioridade da razão e pela valorização da humanidade (Simões, 1998). Nesse contexto moderno, a apreensão do corpo exibe uma nova abordagem, assentada em duas perspectivas. A primeira corresponde à libertação da corporalidade dos princípios teológicos e a segunda, por sua vez, assimila o corpo com questões epistemológicas, questionando a validade da experiência para a obtenção de um conhecimento humano seguro e verdadeiro (Santi, 1989).

Um dos pensadores mais relevantes desse período, representante do racionalismo moderno, é René Descartes. O sistema filosófico, estabelecido pelo pensador francês, tinha como objetivo instituir um método científico estável e qualificado para explicitar todos os fenômenos de forma clara, objetiva, racional, segura e imparcial (Simões, 1998). Conforme essa finalidade, a dúvida constituiu-se como o pressuposto fundamental para essa corrente teórica, estabelecendo uma permanente desconfiança do mundo, especialmente das informações obtidas pelas experiências e sentidos corporais. Assim, a consciência de si como pensador conceberia a única certeza factual: se eu penso, logo também existo (Santin 1989).

Entretanto, apesar da mudança de concepções, é cognoscível a conservação da desintegração entre o corpo e a mente. Para Descartes, a mente, também denominada como substância pensante, alma e/ou consciência, constitui-se como o suporte de toda a realidade. O corpo, por sua vez, apresenta-se como um mero artifício mecânico, regido por leis causais e naturais, mantido à margem da centralidade (Grosz, 2000). Como resultado, a humanidade afasta-se da sensibilidade e apropria-se de uma nova racionalidade, já a corporeidade é silenciada, disciplinada, apagada em sua expressividade, enquadrada em modelos teóricos e, sobretudo, reduzida a uma engrenagem (Santin, 1989; Simões, 1998).

No pensamento filosófico contemporâneo, por outro lado, exprime-se uma verdadeira transformação. A antiga preocupação com relação às questões epistemológicas transfere-se

para uma profunda análise das próprias proposições e sistemas, indagando as possibilidades e restrições das diferentes formas de conhecimento da realidade humana (Santin, 1989). Nesse contexto, como discorrido por Santin (1989), o novo período da ciência filosófica, para além de assumir uma postura crítica e analítica, estabelece um posicionamento hermenêutico, visando a construção de um processo de interpretação e compreensão da humanidade.

Assim, no que se refere ao corpo, manifesta-se a preocupação de reconhecer e assimilar a sua sabedoria dissociada às narrativas envolvendo as divindades, o mundo da alma e/ou espírito e, especialmente, os conceitos de racionalidade. Trata-se de uma tentativa de constatar o corpo enquanto um organismo vivo e, ao mesmo tempo, social, sem reduzi-lo a uma condição biológica nem vinculá-lo aos conhecimentos adquiridos em estudos dos animais (Santin, 1989). Em outras palavras, expressa-se um esforço de interpretar a corporeidade como uma construção subjetiva e, sobretudo, uma tecnologia em constante interação com o mundo.

Um dos representantes mais importantes desse período é o fenomenólogo francês Maurice Merleau-Ponty. Em suas obras, o filósofo engendrou críticas pertinentes à objetividade da ciência clássica, advertindo a fragmentação entre corpo e espírito e a associação entre o corpo e a máquina (Simões, 1998). Nesse sentido, o corpo, conforme sua perspectiva, é uma unidade, carregada de experiências, concepções, intencionalidades e valores. Sob forma alegórica, é possível caracterizá-lo como uma casa, constituída por múltiplos sentidos e elementos vitais interligados, com a capacidade de estabelecer uma relação de mutualidade e/ou individualidade com as moradias vizinhas (Simões, 1998).

Nessa abordagem, como aponta Santin (1989), o corpo assume a concepção de sujeito, ou seja, não há uma dissociação entre o corpo e o humano. A fim de evidenciar essa unidade viva, Merleau-Ponty recorre ao uso da palavra “carne”. Ao incorporá-la em seu repertório, ela passa a representar uma constituição corporal sempre em processo de construção e devir. Entretanto, é imprescindível evidenciar que, apesar de todo o seu esforço destinado à renovação do conceito de corporeidade, o conceito de carne apresenta certas inconsistências e incompletudes, impossibilitando uma definição clara e usual dessa questão (Santin, 1989).

Outro teórico de grande influência nas discussões contemporâneas sobre a corporalidade, contudo em uma perspectiva pós-modernista, é o filósofo Paul-Michel Foucault. No decorrer de seus trabalhos, o corpo declara-se como um elemento atravessado por múltiplas forças que instituem um movimento de dominação e submissão (Silveira; Furlan, 2003). Nessa perspectiva, a corporeidade ultrapassa a mera existência e transforma-se

em uma superfície de acumulativos culturais, evidenciando sua exploração pelo uso social (Medeiros, 2010; Santin, 1989).

Todavia, apesar da inegável relevância dessa corrente filosófica, especialmente para as questões relacionadas às opressões raciais, sexuais e de gênero, faz-se necessário destacar algumas de suas contradições (Herold Junior, 2009). Como evidenciado por Herold Junior (2009), tal movimento pós-moderno, fundamentado em um estudo cultural, nega a existência de verdades absolutas, elaborando um relativismo científico e uma transitoriedade de valores e análises socio-históricas. Nessa perspectiva, embora as concepções alterem-se com o tempo, com a cultura e com a história, o capitalismo manifesta-se como dimensão inalterada. Como consequência, o desdobramento dos estudos corporais indica, equivocadamente, um aspecto permanente das relações capitalistas de produção.

Nesse contexto, torna-se imprescindível construir uma análise que objetive uma compreensão crítica sobre as relações entre a corporalidade e a cultura, sem omitir os impactos das estruturas sociais de produção e a potencialidade do corpo para a promoção de uma emancipação coletiva (Herold Junior, 2009). Diante desse propósito, a ciência geográfica configura-se como uma alternativa. Como evidenciado por Harvey (2000, p. 178), a reflexão sobre o corpo exige um entendimento das relações espaço-temporais concretas, incluindo as práticas materiais, as representações, os imaginários, as relações sociais e as estruturas político-econômicas, que têm condições de se realizar através de uma geografia corporificada.

Não há como negar que, desde o surgimento da geografia como uma ciência consolidada, tem-se negligenciado, muitas vezes, a dimensão íntima e política do corpo como uma genuína manifestação dos sujeitos, relegando-a a uma ciência descorporificada. Contudo, na presente investigação faz-se necessário reconhecer o corpo como uma legítima categoria geográfica de análise, uma vez que as corporeidades humanas não se constituem como uma presença neutra e a-política no espaço, pelo contrário, elas desempenham um papel central em sua configuração (Ramos; Milani, 2022).

Em sua obra “A Produção do Espaço” (2006), Lefebvre já apontava para a centralidade do corpo na teoria do espaço social, destacando a relação intrínseca entre o corpo e o espaço que ele ocupa:

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação, e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso, há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de se produzir, por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e

também produz esse espaço. Esta é uma relação verdadeiramente notável: o corpo com as energias à sua disposição, o corpo vivo cria, ou produz, o seu próprio espaço; em contrapartida, as leis do espaço, que significa dizer as leis de diferenciação no espaço, também governam o corpo vivo e a utilização de suas energias. (Lefebvre, 2006, p. 170).

No trecho em questão, o filósofo argumenta que toda prática espacial apresenta a potencialidade de ocorrer por meio da corporeidade humana, conferindo ao corpo uma posição primordial em sua teoria do espaço social (Costa, 2022; Campos; Silva; Silva, 2020). No entanto, para além de ser meramente um produtor do espaço, o corpo humano também se configura como espaço propriamente dito. Isto porque, conforme destacado pelo autor, cada corpo vivo é espaço, possuindo, posteriormente, a capacidade de produzir efeitos na materialidade espacial (Campos; Silva; Silva, 2020).

Dessa forma, o corpo não se apresenta de maneira estática, mas sim de maneira dinâmica e fluida, sofrendo as interferências da exterioridade. Conforme argumentado por Costa (2022), sua materialidade, significados e ações estão em constante estado de devir, sendo modificados e produzidos cotidianamente. Essa perspectiva também é consolidada nas obras de Grosz (1995), que concebe o corpo como organicamente, biologicamente e naturalmente incompleto, exigindo um acionamento social e uma contínua administração, sujeita a modificações em cada cultura, período e sistema produtivo.

Em outras palavras, considerando a múltipla interação estabelecida entre os corpos e o cotidiano, é possível verificar que há uma incorporação dos sistemas de signos e significados ligados às normas sociais. Conforme destacado por Le Breton (2007), o corpo é configurado pelo contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido, construindo relação com o mundo:

O corpo é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade (Le Breton, 2007, p. 7).

Nessa análise, torna-se evidente que os sistemas simbólicos, mencionado pelo autor, associados com às necessidades da sociedade capitalista, representam imposições de ordem hegemônica, capazes de promover uma dinâmica de poder, estabelecendo uma forte influência sobre o corpo. No entanto, como destacado por Campos, Silva e Silva (2010), o corpo político, também denominado “corpo vivo” (Lefebvre, 2006), possui não apenas a habilidade de se adaptar e internalizar a ordem hegemônica, mas também de, principalmente, instaurar diferentes formas de resistência. Como tal, é evidente que o corpo, ao contrário do que se apresenta em alguns debates geográficos, jamais foi excluído do processo de produção

do espaço, da mesma forma que o espaço permanece como um elemento essencial na constituição das múltiplas manifestações corpóreas que o constituem.

De acordo com Ramos e Milani (2022), a formação do espaço, seja em sua dimensão material, lógica, simbólica, econômica, política ou cultural, é, em última instância, uma construção social mediada pelos indivíduos. É por meio do corpo que os sujeitos se tornam tangíveis, concretos e complexos. Essa construção destacada pelos autores, também denominada produção (Lefebvre, 2006), é o que torna possível a caracterização espacial marcada por inúmeras distinções que levam em consideração aspectos relativos à memória, às emoções, às relações sociais e às corporalidades. Portanto, torna-se nítido que é através das múltiplas corporeidades que os sujeitos existem, se distinguem, se reconhecem, se inserem e modificam o mundo (Ramos; Milani, 2022).

Nesse sentido, é possível afirmar que as singularidades corporais, mesmo aquelas que não se adaptam aos padrões convencionais que configuram a realidade socioespacial, desempenham um papel de significativa influência nas experiências espaciais dos sujeitos, moldando a maneira como interpretamos e somos interpretados no espaço social (Ramos; Milano, 2022). Tal argumentação indica que a existência de pessoas transexuais, travestis e transexuais, por exemplo, cujos corpos são constantemente negligenciados nos espaços sociais, também exerce uma existência real, significativa e integrante do espaço urbano (Silva; Ornat, 2010). Nesse cenário, torna-se imprescindível também discorrer acerca das categorias “gênero” e “performance”, bem como “transexualidade”, “travestilidade” e “transgeneridade”, em uma tentativa de, mais adiante, compreender o impacto dessas concepções para a relação existente entre os corpos trans e os espaços do município de São Carlos (SP).

3.4. O sexo, o gênero e a performance: construções históricas de regulação social.

O gênero, na qualidade de categoria teórica, emergiu recentemente e tem apresentado diferentes interpretações no decorrer do tempo. Entretanto, enquanto a sua existência ainda não se manifestava de maneira concreta, a palavra “sexo” era exclusivamente empregada, com o intuito de discorrer sobre as características de diferenciação entre os entes da espécie humana. Nesse sentido, torna-se imprescindível traçar um breve panorama histórico com o intuito de resgatar as diferentes concepções de sexo, propagadas pela sociedade ocidental, para, posteriormente, também alcançar as discussões atuais sobre gênero, explicitando, principalmente, a perspectiva teórica que fundamenta a presente investigação.

Como abordado por Lanz (2017), no período que se estende do século II ao XVIII, o sexo foi apreendido como uma instância única. Isto porque, Claudio Galeno – médico e filósofo grego – estabeleceu em sua teoria, fortemente propagada, a concepção de que os corpos “masculinos” e “femininos” ostentavam apenas uma pequena distinção advinda de um único sexo em comum (Senem; Caramaschi, 2017). De acordo com a sua perspectiva, a categoria “fêmea” tratava-se apenas de um “macho encruado”, caracterizada pela não exteriorização de seu órgão genital (Lanz, 2017). As mulheres, por consequência, foram definidas como “homens” inferiores, imperfeitos e invertidos (Senem; Caramaschi, 2017).

Somente com o advento do século XIX, surgiram oposições entre os diferentes sexos, bem como a inserção da palavra “gênero” no vocabulário. A partir desse período, começou-se a acreditar que as diferenças biológicas definiam os comportamentos, as expressões, as particularidades e as personalidades associadas com o “masculino” ou o “feminino” (Torres, 2018). Em outras palavras, ao sexo biológico correlacionou-se um gênero respectivo, adotando uma concepção binária e permanente: macho/homem/masculino e fêmea/mulher/feminino. Assim, como apontado por Torres (2018), as palavras “sexo” e “gênero” foram consideradas equivalentes, sem ostentar uma diferenciação conceitual.

No final da década de 1960, por sua vez, observa-se uma profunda transformação desse cenário, caracterizada por uma drástica ruptura entre esses conceitos. Nesse contexto, o sexo assumiu uma dimensão estritamente biológica, enquanto o gênero foi vinculado a uma dimensão cultural, suscetível às alterações por cada sociedade e/ou contexto social (Torres, 2018). O precursor dessa diferenciação realizada, inicialmente, na psicanálise – embora presente nas propostas feministas de Simone de Beauvoir³ e nos movimentos de libertação – foi o norte-americano Robert Stoller, em seus polêmicos trabalhos publicados nas décadas de 1960 e 1970, sobre a psicodinâmica das identidades transsexuais (Ceccarelli, 2010).

Em sua obra, intitulada *Sexo e Gênero* (1968), Stoller estabelece a seguinte distinção entre as expressões:

Para determinar o sexo, é preciso verificar as seguintes condições físicas: cromossomos, genitália externa e interna, gônadas, estado hormonal e características secundárias do sexo. O sexo de alguém é, então, determinado por uma soma algébrica de todas essas qualidades, e, como é óbvio, a maioria das pessoas recai em uma das duas curvas de Gauss, das quais uma é chamada “masculina”, outra “feminina”. Gênero é um termo com conotações mais psicológicas e culturais do que biológicas; se os termos adequados para sexo são “macho” e “fêmea”, os termos correspondentes para gênero são “masculino” e “feminino”; esses últimos podendo

³ Em sua obra “*O Segundo Sexo*”, Simone de Beauvoir afirma que “ser mulher” exige um longo processo de construção: “não nasce mulher, torna-se mulher”. Apesar de não empregar diretamente o conceito de gênero, a autora evidencia a formulação de normas e ideologias que, ao longo da história, determinaram o que as mulheres deveriam ser (Torres, 2018).

ser bem independentes do sexo (biológico). Gênero é a quantidade de masculinidade ou feminilidade encontrada em uma pessoa e, obviamente, enquanto há combinações de ambos em muitos humanos, o **macho normal** tem uma preponderância de masculinidade e a **fêmea normal** uma preponderância de feminilidade (Stoller, 1968 apud Oakley, 2017, p. 64, grifo nosso).

Percebe-se como, em sua teoria, o sexo constitui-se como um conjunto de características biológicas em condições de estabelecer o que é “normal” ou “anormal”, enquanto o gênero apresenta-se como um elemento cultural, de forte elaboração psíquica e social, capaz de desempenhar uma função imprescindível para a percepção da corporalidade e, por consequência, para a construção do “eu” (Torres, 2018). Nesse contexto, o termo “gênero”, exatamente por evidenciar as conotações culturais, sociais e/ou psicológicas, prevalece em relação ao sexo, desfazendo a antiga associação entre as características fisiológicas e os diferentes comportamentos e personalidades atribuídos às figuras “femininas” e/ou “masculinas” (Ceccarelli, 2010).

Outra voz fundamental nesse debate sobre as separações terminológicas de “sexo” e “gênero” é a da socióloga britânica Ann Oakley. Em seu livro “Sex, Gender and Society”, publicado originalmente em 1972, a autora também argumenta que o sexo trata-se de um fato biológico, ao passo que o gênero representa uma produção social (Torres, 2018). Sob essa perspectiva, a intelectual britânica (2017) demonstra que, apesar do imaginário social propagar o entendimento de que o sexo feminino e masculino está, respectivamente, correlacionado com o gênero feminino e masculino, a realidade abriga outras possibilidades. Isto porque, “ser um homem ou uma mulher, um menino ou uma menina, é tanto uma atividade como vestir-se, gesticular, ter um trabalho, redes de sociabilidades e personalidade, quanto possuir um tipo particular de genitais” (Oakley, 2017, p. 64).

Em uma tentativa de explicitar essa colocação, Oakley (2017) toma como referência alguns aspectos da realidade infantil. Para ela, as crianças com menos de 6 anos, em decorrência do processo de desenvolvimento psicológico, ainda não estabeleceram uma concepção clara sobre o gênero e tampouco o definem com base no sexo. Como resultado, é comum observar que meninos e meninas acreditam ser possível transitar entre os gêneros através de brincadeiras, gestos, roupas e cortes de cabelo (Oakley, 2017). De forma semelhante, os adultos também não recorrem aos órgãos genitais para identificar alguém como masculino ou feminino. Predominantemente, o gênero é determinado através de uma somatória de atributos, que podem incluir as vestimentas, as expressões, os gestos, os comportamentos e as personalidades (Oakley, 2017).

No intuito de ampliar ainda mais essa discussão, a socióloga recorre também às investigações acerca da intersexualidade. Baseando-se nos estudos desenvolvidos por Money e Hamptons na década de 1950, constatou-se que, em 95% dos casos de pessoas intersexos, o gênero atribuído ao nascimento corresponde à identidade de gênero, inclusive nas situações em que o gênero determinado contradiz as características biológicas, tais como: cromossomos, hormônios e as formações das genitálias (Oakley, 2017). A comparação entre dois pacientes descritos nestas pesquisas permite verificar essa situação. Duas crianças diagnosticadas com síndrome adrenogenital apresentaram internamente órgãos de aspecto “feminino” e externamente genitálias de aspecto “masculino”. Uma foi educada segundo os padrões femininos, apresentando uma identidade de gênero feminina, e o outro como um menino, identificando-se com o gênero masculino, constatando, com base nessa abordagem, a diferenciação e a ausência de correlação entre o “sexo” e o “gênero” (Oakley, 2017).

Entretanto, a partir da década de 1990, as reflexões a respeito desse tema adquiriram uma nova perspectiva. Diferentes pensadores introduziram questionamentos em relação ao caráter constante, natural e incontestável concernente ao sexo e, de forma simultânea, a concepção binária vinculada aos papéis de gênero (Torres, 2018; Costa, 2022). Nesse cenário intelectual, a filósofa estadunidense Judith Butler conquistou um importante lugar de destaque. A elaboração da Teoria da Performatividade de Gênero, construída desde a obra “Problemas de Gênero” em 1990, provocou um forte impacto nas teorias contemporâneas do feminismo e, especialmente, na teoria queer.

Primordialmente, a filósofa contesta o determinismo biológico inserido no entendimento referente ao sexo, evidenciando que esse pressuposto de algo natural pertence a uma estrutura histórica de poder (Costa, 2022). Nesse sentido, o sexo desvincula-se de uma perspectiva naturalizante e precedente à cultura, assumindo um caráter social e discursivo, resultante de seu contato com a realidade material e cotidiana. Isto porque, como evidenciado por Butler (2020, p. 27): “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva”.

Em outras palavras, é incontestável que a sociedade ocidental impõe, desde o momento do nascimento, um conjunto de elementos sociais aos corpos, em conformidade com a materialidade do órgão genital, não viabilizando outras interpretações para além do sexo atribuído (Costa, 2022). Nesse contexto, o aparelho sexual é posto – de maneira oculta – em uma posição secundária, enquanto as significações, representações e abstrações prevalecem. Assim, como evidenciado por Costa (2022), observa-se que as imagens sociais de

masculinidade correlacionam-se com a força, a virilidade e a dominação, ao mesmo tempo em que as noções de feminilidade são associadas com a fraqueza, a sensibilidade e a fragilidade, resultando em uma hierarquização das corporeidades, legitimada como natural.

Ao tratar desse assunto, torna-se imprescindível expor que a distinção natural entre os corpos não é contestada. As estruturas reprodutivas diferenciam-se na realidade inteligível e concreta (Moore, 1997). A análise crítica, realizada por Butler, refere-se a utilização das diferenciações corporais, existentes entre os machos e as fêmeas, para a sustentação de um paradigma determinista, biológico, binário, essencialista e pré-discursivo, que fundamenta essa lógica social de superioridade masculina e inferioridade feminina, bem como a estigmatização das identidades dissidentes de gênero (Costa, 2022).

Nesse sentido, o pressuposto de que o sexo decorreria de um fato biológico, à medida que o gênero representaria uma produção social, é desmantelado. Sob a teoria de Butler (2016), percebe-se como o sexo, na realidade, transforma-se em uma materialidade apropriada pelo gênero, capaz de normatizar os aspectos e os comportamentos dos corpos:

Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, em vez disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso desta assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca de sua substanciação plena no gênero [...]. Se o gênero é a construção social do sexo, e se não existe nenhum acesso a esse “sexo” exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o “sexo” torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não existe nenhum acesso direto (Butler, 2016, p. 158).

Em contrapartida, o gênero constitui-se como uma performance cotidiana, em constante processo de produção e devir (Butler, 2020). Em outras palavras, trata-se de uma construção caracterizada pela exaustiva repetição de práticas sociais e comportamentos, que desempenham a função de naturalizar e reforçar o caráter binário, propagado pelo discurso hegemônico de coerência de gênero (Costa, 2022; Figueiredo, 2018). Nesse sentido, Butler propõe que os sujeitos não apresentam um gênero e/ou uma identidade de gênero, e sim uma performatividade. Depreende-se, portanto, que ser um “homem” ou “mulher” não provém de um fato biológico ou de uma única determinação cultural, mas de uma totalidade de performances desempenhadas socialmente pelas corporeidades (Costa, 2022).

Todavia, é fundamental esclarecer que as noções de performatividade são, na maioria das vezes, involuntariamente internalizadas pelos sujeitos sociais (Costa, 2022). Como apontado por Costa (2022), os discursos históricos, fortemente propagados pela sociedade ocidental, regulam os corpos, desde o nascimento, de modo que consigam atender as

expectativas, associadas às figuras femininas ou masculinas, concernentes aos modos de agir, gesticular, gozar da sexualidade, entre outros comportamentos. Nesse contexto, os corpos transgressores e subversivos, considerados ininteligíveis para a estrutura social, são submetidos, constantemente, aos processos de conformação, marginalização e eliminação (Costa, 2022).

A contribuição central dessa teoria, no contexto dessa investigação, é evidenciar que a presunção de um sexo e/ou gênero verdadeiro constitui-se apenas como uma ficção reguladora (Arán, Peixoto Júnior, 2007). Isto porque, como evidenciado por Arán e Peixoto Júnior (2007), justamente por cada gênero apresentar um caráter performativo, exigindo uma constante repetição, abre-se espaço para uma repetição diferencial e subversiva. Como expresso por Butler (2006, p. 59): “o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados”.

Nesse sentido, ao desassociar os corpos dos aspectos essenciais e estáticos presentes nas identidades de gênero, assume-se a possibilidade de rebelião e subversão dos padrões binários e cisnormativos através de suas próprias performances. Isso ocorre porque, ao encarar o gênero como uma performatividade cotidiana, as corporalidades também assumem a potencialidade de enfrentar e ultrapassar as estruturas simbólicas e os sistemas de representações corporais congruentes aos padrões “masculinos” e “femininos”, atingindo novas configurações de desordem do gênero que, anteriormente, seriam inimagináveis, tais como as identidades transgênero, sobretudo, as não binárias (Costa, 2022; Butler, 2020).

Entretanto, apesar do notável reconhecimento dessa Teoria da Performatividade de Gênero, proposta por Judith Butler, diversas teóricas, como a filósofa Silvia Federici, propuseram críticas contundentes. Em sua obra “Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo”, Federici (2023) aponta que a compreensão do gênero enquanto um produto da performance é proveitosa, principalmente para o processo de desnaturalização das identidades e das concepções de “masculinidade” e “feminilidade”. Contudo, a análise do gênero fundamentada nos pressupostos da discursividade de Butler promove uma grave limitação de seu escopo de utilização, já que o gênero em si constitui-se como uma categoria construída historicamente e materialmente.

De acordo com a filósofa (2023), conceber o gênero somente como um produto da performance, representa uma profunda negação da existência de regras e imposições atribuídas aos sujeitos e as suas corporalidades ao longo dos séculos. Sob a sua perspectiva, o gênero apresenta-se como uma construção social e histórica, decorrente de um longo processo

disciplinador, com a finalidade de sustentar a divisão do trabalho e a organização da família e da sexualidade. Nesse sentido, o que é denominado como “performance” poderia ser identificado como uma prática coercitiva e exploratória, visto que o gênero não consiste apenas na mera repetição de práticas sociais e comportamentos normativos, mas de ser também condicionado a desempenhar certos papéis sociais – como o trabalho sexual, no caso das travestis e/ou mulheres trans – por opressão histórica e, por consequência, necessidade socioeconômica (Federici, 2023).

Logo, ao compreender que a opressão de gênero constitui-se de maneira histórica, espacial e concreta, Federici (2023) aponta que somente o conceito de performance, concernente às esferas individuais e coletivas, não é capaz de promover todas as mudanças sociais necessárias. É indispensável indagar quais os agentes atuantes na conformação dessa construção de gênero e os seus respectivos interesses para, posteriormente, criar possibilidades de transformação das instituições que perpetuam essas coerções. Nesse cenário, cabe evidenciar que o gênero e, em certa medida, o corpo convertem-se em um campo de conflito em constante reelaboração, apresentando a possibilidade de concordância e divergência, como proposto por Butler, bem como de rebelião através de atos de consentimento (Federici, 2023).

Assim, considerando os argumentos desenvolvidos, o presente trabalho reconhece a pertinência da Teoria da Performatividade de Gênero, elaborada por Judith Butler, especialmente no que diz respeito às reflexões acerca das corporeidades dissidentes – centrais para essa investigação – que, infelizmente, recebem pouca atenção de outras pensadoras, como Silvia Federici. Contudo, como destacado anteriormente, é imprescindível manifestar que somente apoiado na concepção de performatividade não é possível compreender a materialidade da exploração capitalista e, por consequência, emancipar os corpos subordinados ao trabalho forçado, ao disciplinamento, à violência e à ausência de serviços essenciais (Federici, 2023).

Diante dessa perspectiva, a investigação propõe que a superação do gênero, enquanto um instrumento coercitivo e exploratório, impõe significativas transformações que transpassam as mudanças culturais e discursivas e atingem também as estruturas sociais, econômicas e políticas, sobretudo no que se refere à lógica da divisão sexual do trabalho, da estruturação da reprodução social e da regulação dos corpos e sexualidades (Federici, 2023). No entanto, depreende-se a necessidade de, inicialmente, realizar uma reapropriação do corpo e do gênero e uma redescoberta de seus potenciais de resistência, capazes de promover transformações em si, nos outros e, por consequência, no mundo (Federici, 2023).

3.5. Entre transgeneridade e cisgeneridade: uma análise histórica e conceitual

A existência de identidades de gênero não correspondentes às concepções cisnormativas, embora não denominadas como transexualidade, travestilidade e/ou transgeneridade, sempre esteve historicamente inserida em diversas culturas espalhadas pelo globo (Monte, 2020). Nesse sentido, na presente seção mostra-se fundamental o esforço de traçar um breve estudo histórico com o intuito de resgatar, inicialmente, as identidades ancestrais, situadas à margem das concepções tradicionais de “homem” e “mulher” para, posteriormente, discorrer acerca dos processos de patologização das dissidências de gênero, bem como das discussões contemporâneas, realizadas sob uma perspectiva mais crítica e social, conduzidas especialmente pelas pessoas trans.

Conforme discutido por Santos, Cavalcanti e Santos (2023), as práticas associadas à transexualidade e à travestilidade sempre estiveram presentes ao longo da história, através de inúmeros casos, manifestações e aspectos culturais. Considerando, inicialmente, o recorte europeu, é proveitoso expressar que os povos gregos e romanos, apesar de estruturados nas distinções dos gêneros feminino e masculino, ostentavam concepções complexas que, em determinadas situações, contrariavam a lógica binária. O caso da Imperatriz Heliogábalo⁴ exemplifica bem essa questão. De acordo com os relatos históricos, a imperatriz romana do século III, embora tenha sido associada ao gênero masculino ao nascimento, se identificava com o gênero feminino e adotava vestimentas e gestos atribuídos às mulheres da época (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023).

A presença dessas identidades, entretanto, manifesta-se em outras localizações de forma ainda mais explícita do que no continente europeu. Os estudos realizados por Peter Jones⁵, por exemplo, exibem dados importantes sobre a presença de pessoas trans em diferentes sociedades e períodos históricos (Oliveira, 2019). Dentre os casos representativos, destacam-se as Hijras, uma comunidade religiosa na Índia, constituída por pessoas com identidade feminina, vinculadas a um terceiro gênero, cujo sexo foi designado como masculino ao nascimento. Como evidenciado por Oliveira (2019), essa comunidade tradicional apresenta mais de 5 mil anos de existência, ocupando uma posição de respeito e

⁴ Embora as fontes históricas utilizem os pronomes masculinos e o título de imperador para se referir a Heliogábalo, optou-se pelo uso dos pronomes femininos e pelo título de imperatriz no presente trabalho, visando reconhecer a sua identidade de gênero expressa no decorrer de sua existência.

⁵ Apesar de Peter Jones aplicar termos equivocados em suas obras, como hermafrodita e andrógino, expressando uma desvinculação com os estudos sobre gênero e, em certa medida, um preconceito com as identidades de gênero não pertencentes à cisgeneridade, a travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira, doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, realizou uma atualização desses conceitos pelos vocábulos travesti, mulher transexual e/ou pessoas trans, quando pertinente (Oliveira, 2019).

sacralidade por diversas gerações. No entanto, com a imposição da cultura europeia, decorrente da era colonial, as Hijras sofreram um intenso processo de estigmatização e exclusão social, exigindo, atualmente, uma luta contínua pela reconquista de seus direitos sociais (Oliveira, 2019).

De forma semelhante, a multiplicidade de gênero e a dinâmica de repressão também são observáveis no continente americano. Como retratado por Jones (2007), o processo de invasão desencadeou um verdadeiro extermínio da liberdade sexual e da diversidade de gênero que existiam nas culturas dos diferentes povos nativos americanos. Como resultado, poucas foram as comunidades que conseguiram preservar as suas cosmologias não-ocidentais que gozavam de um sistema de gênero próprio, contrário a cisgeneridade (Cardoso; Estefani, 2025). Entre as exceções, destaca-se a tradição ancestral do terceiro gênero “Two Spirits”, pertencente a etnia Navajo, situada nos Estados Unidos, bem como as “Muxes”, um grupo do povo Zapoteca, também consideradas como um gênero particular (Oliveira, 2019).

Já no território brasileiro, especificamente, os registros históricos não revelam a existência de uma comunidade tradicional caracterizada por um terceiro gênero, mas sim inúmeros relatos sobre a presença de sujeitos que desafiavam as normativas de gênero exigidas pelos colonizadores. A primeira travesti reconhecida foi Xica Manicongo, uma africana escravizada advinda do Congo, em aproximadamente 1590 (Jesus, 2019). Ela trazia consigo uma cultura de matriz africana que abrangia características de gênero distintas daquelas assimiladas pelos povos europeus. Andava pelas ruas de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, vestida de acordo com a sua identidade de gênero feminina até, infelizmente, ser denunciada e acusada na Primeira Visitação da Inquisição (Oliveira, 2019).

Todavia, ainda que houvesse essa significativa pluralidade de identidades fora do rígido espectro binário, o apagamento proporcionado pela expansão da lógica colonial e da moral cristã, resultaram, ao longo do século XX, na elaboração patologizante do termo “transexual” e de suas diferentes variações, com a participação de três figuras centrais (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023). O pioneiro entre eles foi Magnus Hirschfeld (1868 – 1935), um médico alemão e especialista em sexualidade. Ao longo de sua trajetória, ele realizou os primeiros estudos sobre o comportamento e a identidade sexual e acompanhou o primeiro caso de redesignação sexual da história, defendendo de forma consistente um olhar científico capaz de contribuir para a aceitação das minorias sexuais (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023).

Em um período semelhante, destaca-se também o nome de David Cauldwell (1897 – 1959), um médico americano responsável por aprimorar uma perspectiva mais alinhada com

os ideais de patologização. Como retratado em seus estudos, a transexualidade corresponderia a uma “psicopatia transexual”, fortemente associada à concepção de um transtorno mental, em que a redesignação sexual não representaria uma alternativa adequada (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023). Por fim, somando-se a essas referências, há ainda o endocrinologista Harry Benjamin (1885 – 1986), responsável pelo desenvolvimento de procedimentos médicos específicos para os sujeitos transexuais, como a utilização de hormônios e a realização de cirurgias, com o objetivo de possibilitar um alinhamento entre a corporalidade e a respectiva identidade de gênero de seus pacientes (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023).

Como resultado dessa discursividade médico-científica, a tendência cirúrgica e os debates acerca das definições da transexualidade se intensificaram no decorrer do século XX, viabilizando a construção de uma narrativa de anormalidade das identidades trans (Nascimento, 2021). Esse fenômeno torna-se ainda mais visível na década de 1980, quando o termo “transexualismo” emerge na categoria psiquiátrica de disforia de gênero do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023). Como evidenciado por Nascimento (2021), a partir desse processo, consolidou-se um aparato biopolítico voltado para a naturalização da divisão binária de gênero, a implementação de políticas sexistas e a oficialização da patologização de corpos dissidentes.

Esse contexto crítico começou a expressar um indicativo de mudança somente em 2018. Após um longo período de realização da Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization*, a 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) retirou a transexualidade da categoria de transtornos mentais e comportamentais e estabeleceu um novo capítulo para condições relacionadas à saúde sexual, caracterizando as questões da transexualidade como “mera incongruência de gênero” (Santos; Cavalcanti; Santos, 2023; Nascimento, 2021). Entretanto, apesar dos recentes e consideráveis avanços, torna-se imprescindível ainda estabelecer um processo de despatologização das identidades trans na comunidade médico-científica e, por consequência, no âmbito social (Nascimento, 2021).

Nesse sentido, com o intuito de contestar esses modelos patologizantes residuais, a presente investigação científica propõe-se a assimilar as identidades trans sob uma perspectiva de autodeterminação, como defendido pelas transfeministas, entendendo-a como o direito de autodefinição e, especialmente, autoidentificação em relação à identidade e expressão de gênero, nome, corpo e vivência, sem qualquer interferência do Estado, da medicina e/ou instituições jurídicas e religiosas. Isto porque, a autodeterminação apresenta-se não apenas como uma importante tática discursiva (Nascimento, 2021; Rodovalho, 2017), mas também

como uma posição de ser e estar no mundo na condição de sujeito de sua própria história, com plena expressão de autonomia e direito de existência, dotado de uma consciência que oblitera o “em-si” constituindo o “para si”⁶ (Hegel, 1992), capaz de desestruturar as noções inflexíveis de gênero e, ao mesmo tempo, valorizar o conhecimento produzido sobre e pela própria comunidade dissidente.

Diante dessa compreensão, o presente trabalho recorreu às produções intelectuais formuladas pela própria população transexual, travesti e transgênero, apoiando-se principalmente nas contribuições teóricas realizadas por Jaqueline Gomes de Jesus e Bruna Benevides, com o propósito de estabelecer as definições dos termos que serão amplamente utilizados nesta análise, tais como: transexualidade, transgeneridade, travestilidade, transexual, transgênero, travesti, mulher transexual, homem transexual, não binários, transmasculinos, transfemininas e agêneros. Entretanto, apesar da escolha referencial e terminológica, torna-se imprescindível admitir a diversidade de narrativas, definições e identidades entre os integrantes da comunidade que, infelizmente, extrapolam os limites desta fundamentação.

De forma simplificada, os termos transexualidade, transgeneridade e travestilidade podem ser definidos como identidades de gênero autopercebidas que rompem com a linearidade entre sexo e gênero, exigida pela cisgeneridade e pela construção do próprio sistema capitalista (Cavichioli, 2018). Somada a essas nomenclaturas, identifica-se também a expressão “transexual”. De acordo com Jesus (2012), esse termo genérico indica os sujeitos sociais que não se identificam com o gênero designado no momento de seu nascimento. Logo, a mulher transexual refere-se a qualquer pessoa que não se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento e exige ser reconhecida socialmente como mulher, enquanto o homem transexual refere-se a qualquer pessoa que não se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento e exige ser reconhecido como homem, independente da realização ou não de alterações corporais (Benevides, [s.d.]).

Por sua vez, o conceito “transgênero” assume uma configuração mais abrangente. Como evidenciado por Jesus (2012), esse termo “guarda-chuva” compreende as pessoas que não se identificam com o gênero determinado durante o nascimento, incluindo a possibilidade de apresentar, ou não, uma identidade fora das categorias binárias de homem e mulher. Já o

⁶ Como se observa na obra “Fenomenologia do Espírito”, o conceito de “em-si” corresponde a um estágio inicial da consciência, ainda não reflexiva. Assim, para que se constitua o “para-si”, é necessário que a consciência tome consciência de si mesma, tornando-se capaz de autodeterminar-se: “se o embrião é de fato homem em si, contudo não o é para si. Somente como razão cultivada e desenvolvida – que se fez a si mesma o que é em si – é homem para si (...)” (Hegel, 1992, p. 31).

antigo termo “travesti” é, frequentemente, utilizado com a finalidade de identificar sujeitos sociais que foram designados como homens, mas que se identificam com um gênero feminino, desassociado da noção de “mulher” (Benevides, [s.d.]; Jesus, 2012). É ainda relevante destacar que essa constitui-se como uma identidade latino-americana, enfrentando um histórico processo de estigmatização, exclusão e marginalização social (Jesus, 2012).

Além desses termos, verifica-se também a existência de transmasculinos, que se constituem enquanto sujeitos sociais que foram designados como mulheres, mas que se identificam com o gênero masculino, desassociado da noção de “homem”, bem como a existência de transfemininas, que se constituem enquanto sujeitos sociais que foram designados como homens, mas que se identificam com o gênero feminino, também desassociado da noção de “mulher” (Benevides, [s.d.]). As pessoas não binárias, por sua vez, apresentam qualquer identidade localizada fora do espectro binário de gênero, enquanto as pessoas agênero não se identificam com nenhum gênero (Benevides, [s.d.]).

Dessa forma, ao considerar essa multiplicidade de identidades que extrapolam inclusive as nomenclaturas mencionadas, será adotada, a partir desse ponto, a utilização do termo trans*, com asterisco, como um conceito abrangente para representar todas as pessoas situadas fora das concepções cisgêneras, tal como as inúmeras possibilidades de reconfigurações identitárias e seus desdobramentos políticos (Oliveira, 2024). Esse posicionamento apoia-se nas concepções do pesquisador Jack Halberstam, apresentadas em seu livro “Trans*: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero”:

Eu escolhi o termo “trans*” neste livro precisamente para abrir o termo a um desdobramento de categorias que foram organizadas ao redor de formas de variação de gênero, porém não confinadas nelas. Como veremos, o asterisco modifica o significado da transitividade, recusando situar a transição em relação a um destino, a uma forma final, a um estado específico ou uma configuração estável do desejo e da identidade. O asterisco questiona a certeza do diagnóstico; ele se afasta de qualquer tentativa de saber de antemão o significado que poderia ter essa ou aquela forma de variação de gênero, e, talvez o mais importante, isso faz das pessoas trans* as próprias autoras de suas categorizações (Halberstam, 2023, p. 31).

Em contraposição, será empregado também o termo “cisgeneridade”⁷ com o intuito de se referir à condição de identificação com o gênero designado no nascimento, assim como “cisgênero” – ou apenas “cis” – para se referir aos sujeitos que se identificam com o gênero atribuído durante o nascimento (Benevides, [s.d.]). A justificativa dessa escolha ultrapassa a simples intenção de definição e desenvolve-se com o propósito de constituir uma categoria de

⁷ O termo “cisgeneridade” representa a condição de identificação com o gênero que foi atribuído no nascimento. Todavia, é imprescindível destacar que ele também assume uma dimensão conceitual que remete a todo comportamento normativo em relação à identidade de gênero.

análise útil, capaz de questionar a fabricação dos gêneros, contrariar a perspectiva naturalizante das noções de “homem” e “mulher”, revelar o caráter artificial das produções normativas e, por consequência, possibilitar a compreensão dos processos de repressão sexual e de gênero e a necessidade de resistências, que serão analisados a seguir (Nascimento, 2021; Hining; Toneli, 2023).

3.6. Repressão e Resistência: cisgeneridade e transgeneridade em confronto.

Ao longo da história do processo de formação territorial do Brasil, nota-se a existência de inúmeros movimentos de repressão e resistência, caracterizados por conflitos, opressões, dominações, violências e, por consequência, respostas políticas, sociais e culturais subversivas. Essa realidade contraditória torna-se ainda mais perceptível acerca de questões relacionadas ao gênero e às identidades trans* em distintos períodos históricos, tais como: a colonização, a ditadura militar e o pós-redemocratização. Nesse sentido, no presente subcapítulo assume-se como imprescindível estabelecer o significado dos termos “repressão” e “resistência” para, posteriormente, vinculá-los às situações vivenciadas, em âmbito nacional, pelas pessoas transexuais, travestis e transgêneros.

Inicialmente, é fundamental destacar que, apesar da significativa relevância da categoria “repressão”, inserida na elucidação de múltiplos contextos e conjunturas, não se conseguiu identificar uma base teórica que a defina de modo sistemático. Diante dessa problemática, adotou-se a definição utilizada pelos dicionários. De acordo com o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2015, [n.p]), a palavra repressão pode ser compreendida como: “(1) o ato ou efeito de reprimir; (2) aquilo que reprime; (3) um conjunto de medidas violentas com o intuito de interromper manifestações, movimentos e abusos; (4) ação de reprimir, coibição, proibição; (5) rejeição de um desejo ou de uma motivação, consciente e voluntária; (6) processo psíquico pelo qual lembranças, ideias, afetos etc. são impedidos ou inibidos conscientemente de passar para o campo do inconsciente”.

Sob essa perspectiva, aceita-se a interpretação do ato de repressão como um processo social, constituído por normas, regras, legislações e valores visíveis ou ocultos, capaz de reprimir, coibir, proibir e castigar determinados sujeitos, cessar e/ou silenciar movimentos específicos com o intuito de preservar a ordem hegemônica (Chauí, 1984; Ruck, 2019). Contudo, é fundamental ratificar que a repressão não ocorre somente nas dimensões externas, através dos discursos, da moral, do castigo e/ou da condenação. Como retratado nas definições, ela também pertence a uma esfera particular e subjetiva, decorrente da

interiorização dessas interdições, proibições e inibições sociais, provocando a vergonha, o sofrimento e a insatisfação pessoal (Chauí, 1984).

A resistência, por sua vez, manifesta-se como uma resposta à repressão. Conforme exposto pelo Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2015, [n.p]), esse termo pode ser assimilado como: “(1) ato ou efeito de resistir; (2) capacidade que uma força tem de se opor a outra; (3) defesa contra uma investida; (4) recusa do que é considerado contrário ao interesse próprio; (5) não aceitação da opressão; (6) qualidade de quem é persistente; (7) movimento de luta nacional contra o invasor; (8) oposição, prevista ou não por lei, feita por alguém à execução de uma norma legal, considerada injusta e que seja interpretada como violação dos seus direitos”.

Nesse contexto, assume-se o ato de resistência como o questionamento, o enfrentamento e, em alguns casos, a subversão das formas de dominação e repressão existentes em cada ordem social. Essa reação, estabelecida em espaços de antagonismo, hostilização e conflito, derivada das esferas individuais e/ou coletivas, não se restringe somente à oposição, mas visa também a construção de uma alternativa de vida e de relação com a sociedade, mediante aos embates diretos, como as revoltas e as insurgências, e aos mecanismos indiretos, como as estratégias cotidianas de sobrevivência, a manutenção das práticas culturais e a mobilização política (Misoczky; Flores; Böhm, 2008).

Tais atos de repressão e resistência, como mencionado anteriormente, são percebidos ao longo da história brasileira, especialmente quanto à população dissidente de gênero. Os processos de apagamento, criminalização e hostilidade, assim como as insubordinações cotidianas, são observados desde o período colonial. Como retratado por Schreiner e Witzel (2024), no decorrer da colonização introduziu-se uma prática de monitoramento e controle dos corpos, principalmente para com os povos indígenas, negros e cristãos-novos. Isso é evidenciado através da realização dos tribunais do Santo Ofício, promovidos pelo movimento da Santa Inquisição, que constituiu espaços de denúncias e acusações que refletiram no julgamento de casos de heresia, bruxaria e blasfêmia (Schreiner; Witzel, 2024).

É nesse contexto que constata-se os primeiros casos de travestilidade e, por consequência, as primeiras repressões às identidades trans*. A africana Xica Manicongo, como abordada na seção anterior, caminhava com roupas femininas pela cidade, desafiando as rígidas normas de gênero estabelecidas pela sociedade da época. Somados a essa existência, que não deve ser considerada como um mero caso isolado, os registros históricos revelam a presença de diversas pessoas que cruzaram as fronteiras cisnormativas, como o caso da africana Joane (Oliveira; Ribeiro, 2018). Como resultado, a transgressão realizada por essas

figuras históricas, considerada como “abominável aos olhos de Deus”, resultou em denúncias e condenações nos tribunais do Santo Ofício, no ano de 1591, sob a grave acusação de sodomia (Oliveira; Ribeiro, 2018).

Entretanto, apesar dessa intensa vigilância e perseguição realizada aos costumes considerados desviantes, a presença de transexuais, travestis e transgêneros pelos espaços públicos se acentuou, principalmente, após o fim da colonização e a proclamação da independência do Brasil (Oliveira; Ribeiro, 2018). Nesse cenário, os padrões de gênero deixaram de ser controlados somente pela sociedade e pela instância religiosa e foram submetidos também ao Estado e à sua legislação e, por consequência, às forças policiais, instaurando uma normatização ainda mais recorrente em relação aos corpos não correspondentes à matriz da cisgeneridade ocidental (Santos, 1997).

Ao longo de seu trabalho, Silva (2017) apresenta duas narrativas fundamentais que evidenciam a situação vivenciada pelas pessoas trans* nesse período histórico, em que as ações policiais e as violências físicas reforçavam a obrigatoriedade da conformidade do sexo com a identidade de gênero. O primeiro caso é a prisão de Manoel Francisco, ocorrida em 1854, sob a justificativa de percorrer parte da cidade usando vestimentas femininas. Já o segundo, é o relato de João Paulo⁸, uma africana livre encontrada nas proximidades de uma mata local em 1865, com diversos ferimentos, utilizando uma saia feminina. Em complemento a esses casos, verifica-se também, em 1870, a detenção de Yaya Marquinhos, uma travesti que desafiava constantemente a moralidade, questionava a visão inflexível dos gêneros e reivindicava a utilização dos pronomes femininos (Oliveira; Ribeiro, 2018).

Essas opressões e discriminações se intensificaram ainda mais com a implementação do regime autoritário e cisnormativo da ditadura militar (Libaneo, 2022). Como revelado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), disponibilizado em 2014, a comunidade trans* foi, sistematicamente, associada a grupos subversivos que desafiavam a moral, os bons costumes, a família tradicional brasileira e, por consequência, a própria segurança nacional. Como resultado, o discurso preconceituoso foi legitimado, promovendo a vulnerabilidade, a censura, a perseguição e a violência contra esse grupo social (Silva, 2017).

Tal situação pode ser percebida, especialmente, com a implementação da Portaria nº 390/76 da Delegacia Seccional Centro, da Polícia Civil de São Paulo, realizada no ano de 1976, que tinha como objetivo suprimir a existência de transexuais, travestis e transgêneros

⁸ No presente trabalho, optou-se por utilizar o nome “Manoel Francisco” e “João Paulo” já que os registros históricos não apresentam outra forma de identificação. Os pronomes, no entanto, estão condizentes com a identidade de gênero feminina.

dos espaços públicos, sobretudo aquelas vinculadas à prostituição, através da detenção para fins de cadastro e averiguação de periculosidade⁹ (Silva, 2017). Entretanto, embora voltada para esse público, cabe destacar que as ações policiais não se restringiam somente às travestis que exerciam a prostituição, mas a todo e qualquer sujeito que estivesse circulando pelas vias públicas da cidade com vestimentas incompatíveis com o gênero designado no ato do nascimento (Silva, 2017).

Nesse contexto de vigilância policial, as pessoas trans* que trabalhavam nas ruas encontraram táticas para resistir às constantes prisões e, conseqüentemente, aos abusos e espancamentos. De acordo com Libaneo (2022), grande parte das travestis das capitais brasileiras, principalmente de São Paulo e Salvador, carregava uma navalha, embaixo de suas línguas, com o propósito de impedir suas apreensões. Isto porque, a realização de uma automutilação estabelecia a necessidade de direcionamento para uma unidade de saúde próxima, impedindo a conclusão das prisões realizadas pelas forças policiais (Libaneo, 2022).

As práticas de resistência, no entanto, não se restringiram somente aos movimentos para dificultar as detenções. Durante as décadas de 1960 e 1970, os espaços culturais e artísticos, situados nos grandes centros urbanos, garantiram a realização de grandes bailes e espetáculos protagonizados pelas pessoas transexuais, travestis e transgêneros (Libaneo, 2022). Nesse cenário, os teatros, os auditórios, as praças públicas e as casas noturnas, para além de desafiar as normativas cisgêneras, propagadas pelos militares, construíram espacialidades de liberdade sexual e de gênero, acolhimento, apoio, segurança e cuidado, capazes de fortalecer uma identidade coletiva (Libaneo, 2022; Rodrigues, 2024).

Com o encerramento desse período ditatorial e o início da abertura democrática, assegurada pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, avanços importantes para a comunidade LGBTI+ foram conquistados, incluindo a população transexual, travesti e transgênero (Libaneo, 2022). Segundo Libaneo (2022), a carta magna dispõe nos artigos 1º e 3º os princípios fundamentais de igualdade, dignidade e liberdade da pessoa humana, assim como a proteção contra a discriminação e violência, instaurando uma tendência de universalização de todos os direitos primordiais.

Nesse contexto, as organizações e os movimentos sociais, articulados pela comunidade trans*, encontraram um cenário político mais favorável para se propagarem pelo território

⁹ De maneira semelhante, a polícia de São Paulo concebeu uma operação, denominada como “Operação Tarântula”, às vésperas da nova constituição democrática de 1988. Tal operação tinha como objetivo promover a limpeza moral nos espaços públicos e preservar a saúde da população frente à propagação da AIDS, acometendo aproximadamente 300 travestis (Libaneo, 2022).

nacional. É possível destacar, como exemplo, a criação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), em 1992, denominada atualmente como Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com o objetivo de promover campanhas informativas, produzir estudos sobre violências e assassinatos e exigir a elaboração de ações, projetos e políticas públicas (ANTRA, [s.d.]). Mais recentemente, surgiram também as primeiras iniciativas restritas às pessoas transmasculinas, que deram origem ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), em 2013, com o intuito de elaborar projetos, analisar dados e representar as próprias demandas nas instâncias parlamentares (IBRAT, [s.d.]).

Todavia, embora tenha ocorrido esse aumento considerável das articulações políticas, da garantia dos direitos em constituição e da participação social, a realidade das pessoas trans* ainda é atravessada, cotidianamente, pelos processos de repressão. Como evidenciado pelo “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024”, realizado pela ANTRA, 122 pessoas trans e travestis foram assassinadas no território brasileiro, sendo 117 travestis e mulheres trans e 5 pessoas transmasculinas e/ou homens trans. Entre as 99 ocorrências que cederam informações sobre a localidade do assassinato, 67 aconteceram em espaços públicos e 32 em espaços privados (Benevides, 2025).

Para além desse alto índice de homicídios, a falta de acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos, garantidos pela carta constitucional, condena esse grupo social às situações de vulnerabilidade. Em outro levantamento produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), estima-se que aproximadamente 70% das pessoas trans tenham sido vítimas da expulsão compulsória durante o Ensino Médio, em decorrência das inúmeras violências enfrentadas (ANTRA, 2024). Já os dados disponibilizados pelo Observatório da Diversidade demonstram que somente 0,5% dos estudantes das instituições brasileiras de ensino superior se identificam como pessoas trans* (Hilton, 2024). Como resultado dessa exclusão formativa, observa-se também a intensa marginalização dessa população no mercado de trabalho formal¹⁰ e, por consequência, a precarização das condições de vida e da exploração (Benevides, 2025).

Desse modo, o presente capítulo de fundamentação teórica chega ao fim, indicando a necessidade constante de reflexão sobre o caráter cisnormativo das configurações sociais, políticas e espaciais, a influência da corporeidade nas experiências de vida dos sujeitos, a construção histórica das opressões de gênero e os movimentos de repressão e resistência na conjuntura nacional. Diante dessa imposição, é imprescindível para essa investigação, com

¹⁰ De acordo com um estudo divulgado em 2024, apenas 0,38% dos trabalhos formais no Brasil são ocupados por pessoas trans* (Benevides, 2025).

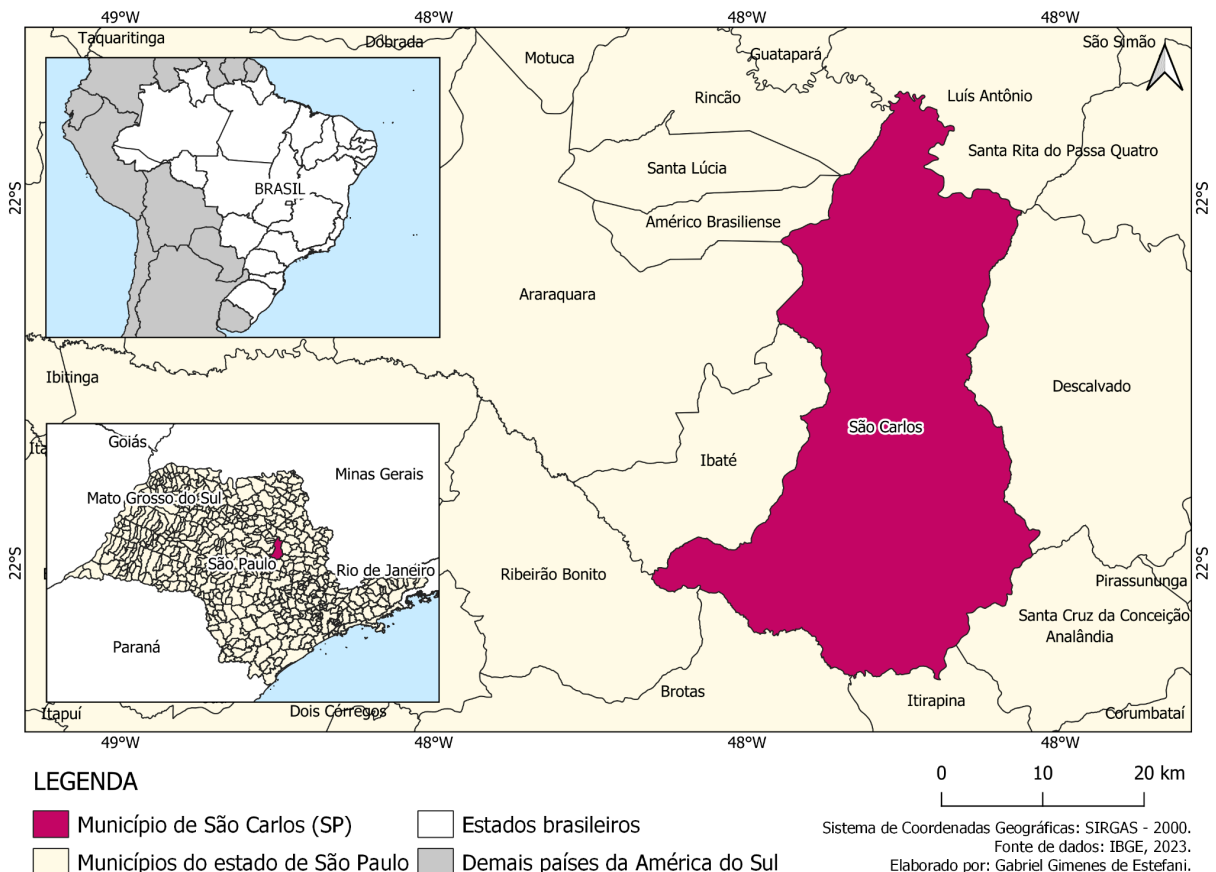
base em seus objetivos propostos, prosseguir de acordo com tais questionamentos: 1) De que maneira os espaços do município de São Carlos (SP) proporcionam encontros e confrontos entre as corporeidades trans* e as normas cisgêneras?; 2) De que modo as corporeidades trans* são impactadas por essas dinâmicas?; 3) Quais os espaços de repressão e os espaços de resistência vivenciados por esse grupo social nessa delimitação espacial?

4. ANÁLISE ESPAÇO-CORPORAL: AS EXPERIÊNCIAS TRANS EM SÃO CARLOS (SP)

4.1. Breves considerações: a dimensão espacial e os sujeitos de pesquisa.

A delimitação espacial, empregada na presente pesquisa, refere-se ao município de São Carlos, localizado na região Centro-Oeste do estado de São Paulo, como ilustrado no mapa 01, a uma distância de 231 quilômetros da capital paulista. Conforme exposto por Brasil e Capella (2015), a cidade exibe um histórico jurídico e administrativo-institucional relevante, configurando-se como uma das primeiras do interior do estado a elaborar políticas direcionadas para a comunidade LGBTI+. As primeiras normativas incorporadas à legislação municipal, por exemplo, originaram-se em 2008, proporcionando avanços significativos nas discussões sobre gênero e sexualidade (Galbieri, 2024).

Mapa 01 - Localização do Município de São Carlos (SP)



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

De acordo com Vergili (2016), a ratificação da Lei Municipal nº 14.417/2008, elaborada pela vereadora Silvana Donatti (PT), instituiu a realização da I Conferência

Municipal de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), no intuito de promover um espaço de participação democrática para a construção de políticas públicas. Como resultado de sua realização, sucedeu-se a criação do Conselho Municipal dos Direitos de LGBT, sob a Lei Municipal nº 15.073/2009, a implementação da Divisão de Políticas da Diversidade Sexual, pelo Decreto nº 295/2011, assim como a elaboração do Plano Municipal de Políticas para a Diversidade Sexual, com base no Decreto nº 96/2012¹¹ (Vergili, 2016).

Todavia, embora essa espacialidade tenha se transformado em uma importante referência nacional em relação à promoção de políticas públicas destinadas à população LGBTI+, o período de ascendência do conservadorismo no contexto político brasileiro comprometeu, significativamente, o prosseguimento dos projetos institucionais (Galbieri, 2024). Como descrito por Galbieri (2024), a vitória eleitoral de Paulo Altomani (PSDB), na disputa pela prefeitura no ano de 2012, interrompeu a realização das conferências municipais e decretou a inativação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual, provocando temporariamente a suspensão de tais discussões nas instâncias governamentais.

Os aparatos jurídicos e administrativos foram recuperados somente com o Decreto nº 453/2019, promulgado pelo prefeito Airton Garcia (PSB), como consequência da luta organizada pela sociedade civil e pela Comissão da Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero da OAB. Nesse cenário, instituiu-se novamente a realização da Conferência Municipal de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais bianualmente e decretou-se a ativação do Conselho de Diversidade Sexual (Galbieri, 2024). Prolongando-se até o momento de elaboração deste trabalho, tais instrumentos asseguraram a realização de três pré-conferências e uma conferência municipal em 2025, com a finalidade de garantir um espaço coletivo de construção de propostas e ações inclusivas para com as pessoas LGBTI+.

Além desse âmbito institucional significativo, o município também exibe múltiplas iniciativas pertinentes, especialmente para a comunidade trans*, em relação às mobilizações sociais, atividades culturais e práticas festivas, transformando essa dimensão espacial em um significativo recorte de análise. Como referência, é imprescindível mencionar o Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ de São Carlos (MAPPA), que desenvolveu uma pesquisa quantitativa¹² fundamental sobre as características sociais e sociodemográficas desse grupo social, bem como o GT – Transformar, os eventos

¹¹ Considerando que o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso não é aprofundar-se nas políticas municipais, as informações apresentadas encontram-se de forma resumida. Para mais informações sobre essa temática, recomenda-se consultar Vergili (2016) e Galbieri (2024).

¹² Para acessar o relatório do mapeamento realizado, acesse: <[Relatório Final MAPPA](#)>.

culturais promovidos pelo Coletivo 220 e pelo Coletivo Drama e o Vogue das Comadres, que serão abordados de maneira mais detalhada nas próximas seções.

No que se refere aos sujeitos de pesquisa, por sua vez, é fundamental evidenciar que foram selecionados sete participantes, pretendendo assegurar a pluralidade de gênero, sendo eles: dois homens trans, duas transfemininas, uma travesti e dois não-binários. Com o objetivo de organizar e, por consequência, facilitar a exposição das informações de cada pessoa, foram construídos dois quadros distintos, situados logo abaixo. Nessa disposição, o Quadro 01 apresenta o perfil dos sujeitos entrevistados, considerando o nome e/ou pseudônimo¹³, a idade, o gênero, o pronome, a sexualidade e a utilização de hormônios, enquanto o Quadro 02 sistematiza as características principais restantes, como a origem racial/étnica, a renda per capita, a ocupação profissional e o tempo de residência em São Carlos (SP):

Quadro 01 - Perfil dos sujeitos entrevistados

Nome	Idade	Gênero	Pronome	Sexualidade	Hormonização
Raphael	20 anos	Homem Trans	Ele/Dele	Demissexual	Sim
Júlia	20 anos	Transfeminina	Ela/Dela	Bissexual	Não
Agnes	24 anos	Não-Binário	Todos	Bissexual	Não
Elvira	23 anos	Travesti	Ela/Dela	Bissexual	Sim
Poli Zatará	22 anos	Transfeminina Não-Binária	Ela/Dela Elu/Delu	Panssexual	Sim
Zeca	22 anos	Não-Binário	Ele/Dele	Bissexual	Sim
Lucas	23 anos	Homem Trans	Ele/Dele	Hétero	Sim

Fonte: dados da pesquisa (2025).

¹³ Durante as entrevistas, cada participante escolheu um pseudônimo para ser utilizado na pesquisa, com exceção de Lucas que preferiu usar seu próprio nome.

Quadro 02 - Caracterização dos sujeitos entrevistados

Nome	Autodeclaração Étnico-racial	Renda Mensal (R\$)	Ocupação Profissional	Tempo de Residência
Raphael	Branco	2.050,00	Estudante	03 anos
Júlia	Branca	3.500,00	Estudante	2 anos
Agnes	Branco	2.000,00	Redator	24 anos
Elvira	Branca	3.000,00	Estudante	3,5 anos
Poli Zatará	Branca	2.300,00	Estudante	3,5 anos
Zeca	Branca	7.590,00	Estudante	3,5 anos
Lucas	Pardo	2.000,00	Auxiliar de Produção	10 anos

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Ao analisar os quadros apresentados, observa-se que, embora tenha ocorrido uma tentativa de selecionar participantes com perfis heterogêneos, considerando especialmente a autodeclaração étnico-racial, a renda, a idade, a ocupação profissional e o tempo de residência na cidade, não se conseguiu alcançar tal diversidade¹⁴. Entretanto, mesmo diante dessa aparente limitação decorrente do afastamento entre as instâncias acadêmicas e os membros da sociedade civil de São Carlos (SP), principalmente com relação aos grupos mais marginalizados, foi possível realizar uma investigação significativa sobre a relação estabelecida entre os corpos trans* e os espaços do município, como se demonstrará a seguir.

4.2. Interações e confrontos: o espaço e o corpo em permanente transformação.

Conforme discorrido na fundamentação teórica, a dimensão espacial manifesta-se como um produto histórico e social, em constante processo de produção e devir, que se estende sobre um âmbito constituído por múltiplas trajetórias e narrativas em contínua inter-relação (Lefebvre, 2006; Massey, 2004). Sob essa perspectiva, verifica-se que os sujeitos expressam o potencial de interagir de forma ativa com as espacialidades, exercendo modificações em conformidade com as suas necessidades, ao mesmo tempo em que o próprio

¹⁴ Durante a investigação, foi realizada uma tentativa de contato com uma pluralidade de sujeitos trans*, residentes em São Carlos (SP). Entretanto, grande parte das pessoas não respondeu ao convite, evidenciando o afastamento dessa comunidade em relação às instâncias acadêmicas e o receio diante de uma instituição que, por muito tempo, tratou tais sujeitos como meros objetos de pesquisa. Assim, a participação acabou se restringindo, majoritariamente, a pessoas trans* já inseridas em ambientes universitários, que compartilham características semelhantes de renda, autodeclaração étnico-racial, faixa etária e tempo de residência no município.

espaço desempenha um papel em sua constituição intervindo significativamente na vivência cotidiana, através de intencionalidades específicas que, frequentemente, relacionam-se com as premissas e normativas impostas pela cisgeneridade (Pires, 2018).

No entanto, embora esse entendimento do espaço assegure uma apreensão da materialização das interações sociais (Carlos, 2007a), é imprescindível evidenciar novamente que as vivências cotidianas se materializam em um âmbito espacial singular, denominado como lugar geográfico e/ou espaço vivido, viabilizando a construção de uma percepção, identificação e, por consequência, a própria produção espacial (Costa, 2022). Isto porque, somente nesse contexto é possível observar concretamente o encontro e o confronto entre os múltiplos sujeitos, narrativas e corporeidades, em condições de preservar ou modificar significativamente as relações de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, propiciar o reconhecimento e/ou a alienação dos sujeitos sociais (Massey, 2008).

Essa dinâmica manifesta-se de maneira notória na delimitação espacial da presente investigação. No decorrer das entrevistas, o espaço urbano do município de São Carlos (SP), especialmente os lugares cotidianos acessados pelas pessoas trans*, demonstrou-se como um cenário de embate no qual se originam e se materializam inúmeras violências de gênero. Isto porque, conforme ressaltado por Cabral, Silva e Ornat (2013) e Moraes (2017), a oposição estabelecida entre as estruturas cisnormativas da sociedade e os indivíduos que escapam à cisgeneridade resulta em um movimento de repressão, que impede a concretização de uma existência digna para esse grupo social, negando constantemente o seu reconhecimento e legitimidade por meio das experiências espaciais:

Em primeiro lugar, precisamos ter a compreensão de que nossa sociedade, através de políticas cotidianas, sistemáticas ou não, busca homogeneizar e organizar os corpos numa lógica binária homem-mulher, na qual as categorias de gênero, sexo e de orientação sexual são violentamente articuladas, produzindo uma aparência fixa que se encontra difusa no corpo social. Nesse processo, o que é produzido socialmente é historicamente apagado, acarretando na naturalização do que, de fato, é efeito de relações de poder. (Moraes, 2017, p. 135)

Entretanto, a negação de existência não implica na imaterialidade e na ausência de uma dimensão espacial para os sujeitos transsexuais, travestis e transgêneros. Tal negação apenas dificulta o acesso às condições básicas de existência (Cabral, Silva e Ornat, 2013). Como evidenciado por Cardoso e Estefani (2025) e Silva (2013), os corpos trans* apresentam um acesso restrito a diversos espaços geográficos, como ruas, escolas, universidades, unidades de saúde, espaços de lazer e banheiros públicos. Essas sanções sociais, estabelecidas pela sociedade cisnormativa com a finalidade de restringir essa diversidade de gênero e corporeidade, assumem formas “sutis”, expressas em constrangimentos, olhares

estigmatizantes e sorrisos de deboche, até formas explícitas, materializadas em atos de rejeição e violência (Cardoso; Estefani, 2025; Silva, 2013).

Esse processo pode ser elucidado através de um trecho extraído da entrevista realizada com Agnes, uma pessoa não-binária, natural do município de São Carlos (SP):

A população daqui é bastante conservadora. Então há esses olhares, esse repúdio, como se eu estivesse sempre dentro de uma Igreja. Então, eu me sinto sim odiado. Você vê o olhar de ódio do outro para com você somente porque você tá passando ali na rua. [...] Viver em São Carlos é você saber que em uma semana morreram duas travestis. Em uma semana apenas, assim, no lapso de uma semana. É uma sociedade muito conservadora. É uma sociedade que dissemina ódio. É uma sociedade que não entende quem são essas pessoas trans. Que não querem que os seus filhos vejam isso (Agnes, 2025).

Como abordado em sua declaração, as repressões sociais encontram-se materializadas nas espacialidades de São Carlos (SP), prejudicando significativamente a vivência das pessoas trans*. Primeiramente, ele destaca a manifestação de sanções sutis, especialmente os olhares discriminatórios, que revelam de forma contínua o ódio da sociedade cisnormativa são-carlense para com a sua corporeidade dissidente de gênero. Todavia, na sequência de sua intervenção, os atos de violência explícita emergem como elementos centrais. Em sua fala, Agnes faz referência ao assassinato de Amanda Rios, morta em uma luta corporal com um zelador, bem como ao brutal homicídio de Naira Victória¹⁵, ambos ocorridos em 2024.

Contudo, esses casos não se caracterizam como ocorrências isoladas. Como retratado por Moreira (2018), a ativista Angela Lopes, conhecida como a primeira mulher trans do Brasil a retificar o nome sem a exigência da cirurgia de redesignação sexual, foi atacada e martelada em 28 de outubro de 2018, sofrendo graves ferimentos pelo corpo que implicaram 15 pontos na cabeça. Em 2021, por sua vez, uma jovem trans, também residente no município, foi vítima de espancamento, esfaqueamento e decepção das orelhas, abandonada em um matagal e compelida a se arrastar até encontrar ajuda (Marin, 2021).

Ao analisar tais casos de hostilidade e interpretar as declarações realizadas pelos entrevistados, constatou-se uma intrínseca relação entre as vivências espaciais e as corporeidades dos sujeitos sociais. Isto porque, como discorrido por Louro (2003), a atribuição das posições sociais de cada indivíduo é correspondente à classificação e nomeação de sua aparência corporal. Em outras palavras, a marcação encontrada na corporeidade de cada pessoa representa uma determinação simbólica, social e material, com a capacidade de

¹⁵ Embora Agnes aponte que o assassinato de Naira Victória tenha ocorrido em São Carlos (SP), é imprescindível esclarecer que Naira foi assassinada em São Paulo (SP), durante uma viagem a trabalho. Seu corpo, entretanto, foi sepultado no interior do estado (São Carlos Agora, 2024).

identificar aqueles que devem ser incluídos ou excluídos, acolhidos ou recusados, aprovados, tolerados ou rejeitados (Louro, 2003, [n.p]).

Nesse sentido, a marcação de corpos que rompem com a inteligibilidade do gênero interage com o espaço e a sociedade, de uma forma distinta em relação aos sujeitos cisgêneros. A fugacidade dos padrões binários de performatividade ocasiona a exclusão, rejeição e violência já evidenciadas e, conseqüentemente, depara-se com uma pressão que impacta significativamente a expressão de gênero e a corporeidade dissidente (Costa, 2022). Essa dinâmica se revela em uma das falas de Elvira:

Eu tenho sentido que a rua virou um lugar um pouco mais neutro pra mim conforme eu me feminizei mais. Eu lembro que antes eu saía na rua e eu tava usando um vestido ou uma saia e aí todo mundo olhava pra mim, todo mundo reparava em mim e expressava uma cara como se alguma coisa estivesse incomodando. E aí teve uma época até que eu voltei a usar roupas mais masculinas pra evitar esse desgaste de andar até o ponto e ter que lidar com essa tensão e foi até uma coisa que o meu orientador me apontou, tipo, ele perguntou: “Ah, tá tudo bem? Tenho percebido que você tá usando roupas mais masculinas”. Mas é isso, a partir do momento em que eu já não tive mais uma barba tão expressiva. Barba eu nunca nem tive, na verdade, né? Mas que os pelos faciais, assim, diminuíram muito, e eu comecei a ter peito, essas coisas ficaram mais amenas (Elvira, 2025).

Como exposto no relato, observa-se que antes de se consolidar um processo de feminilização, Elvira vivenciava cotidianamente o mesmo olhar discriminatório descrito por Agnes. Em decorrência dessa repressão, nota-se passageiramente a implementação compulsória de vestimentas masculinas em sua performatividade, com o intuito de evitar essa defrontação. Entretanto, ao alcançar uma estética feminina inteligível, por meio das mudanças performativas e especialmente da transição hormonal, constata-se a garantia de uma passabilidade que rompe com as diversas formas de discriminação vivenciadas por ela nos espaços urbanos de São Carlos (Costa, 2022).

Essa realidade descrita demonstra que, nesse cenário de confronto entre o corpo e o lugar cotidiano, os sujeitos sociais realizam adaptações em suas performances de gênero baseando-se no resultado de suas ações. Isso significa dizer que a performatividade é realizada em conformidade com as percepções adquiridas durante a vivência dos indivíduos em cada contexto espacial, seja através da assimilação ou do desejo de subversão dos padrões binários de gênero (Costa, 2022). Essa influência na ação performativa é muito bem retratada em um trecho da entrevista com Poli Zatará:

Eu acho que se eu estou indo para um local que eu vejo como mais tradicional de alguma forma, eu iria performar mais a feminilidade do que uma não-binaridade. Porque eu, enquanto pessoa transfeminina, gosto que as pessoas assumam o pronome feminino pra mim. Raramente assumem o neutro, né?! É muito raro. E eu também só uso o banheiro feminino e tal, ou o banheiro neutro quando tem, mas

nunca tem. Então quando eu estou indo para um ambiente que eu vejo que vai ser mais conservador ou tradicional, não necessariamente conservador mas um ambiente que é menos queer, eu diria que eu performo mais a feminilidade. Num ambiente queer eu vou muito mais pra androginia (Poli Zatará, 2025).

Sob essa perspectiva, o gênero manifesta-se explicitamente como uma construção social, estabelecida por meio de ações recorrentes e naturalizadas segundo as categorias binárias de “homem” e “mulher”. Tais práticas constantes e normatizadas compreendem aspectos distintos como a vestimenta, o modo de falar, o corte de cabelo, os pelos corporais, o tom da voz, a maneira de andar, o nome, a forma de expressão, entre outros incontáveis elementos (Costa, 2022). Logo, em virtude dessa classificação dicotômica da performatividade, assegura-se a efetivação de um policiamento assíduo nos espaços cisnormativos com a finalidade de reprimir toda e qualquer característica disruptiva que demonstre uma não adequação às normativas sociais de gênero (Pontes; Silva, 2018).

Nesse sentido, observa-se que a implementação de práticas cotidianas em conformidade com os padrões de performatividade proporciona uma passabilidade para as corporeidades trans*, protegendo-as das manifestações hostis da vida social. Entretanto, é imprescindível evidenciar que esse envelopamento do corpo em consonância com as diretrizes cisgêneras, para além de influenciar as expressões e comportamentos, estabelece também uma prática coercitiva e exploratória que condiciona os sujeitos a exercerem determinados papéis (Federici, 2023). Assim, a experiência da passabilidade apresenta-se de duas maneiras distintas: “como imposição e exigência normativa no registro cisgênero e como estratégia de segurança¹⁶ frente a situações de violação” (Pontes; Silva, 2018, p. 410).

Apesar dessa dinâmica já se denotar nas transcrições acima, verifica-se de forma ainda mais objetiva em outras passagens das entrevistas realizadas. A existência de uma segurança em decorrência da passabilidade, por exemplo, torna-se evidente quando Lucas (2025) descreve sua vivência em São Carlos (SP) como: “Tranquila. Tranquila de verdade. Me arriscaria a dizer que me sinto até cis, mas não acho que a cidade é um bagulho ‘amamos trans’. Não mesmo. [...] Acho que é a minha passabilidade, sem maldade”. Por outro lado, o caráter impositivo das normativas de gênero são retratadas de maneira notável por Agnes:

Eu tenho trabalhado nessa necessidade de querer afirmar a aparência, a forma de se portar, o gestual, a vestimenta. Essa necessidade de que você tem que reproduzir toda essa carga de estereótipos, de imagens, todo esse discurso do que é ser um

¹⁶ Ao apontar essa suposta segurança, é necessário evidenciar que a classe, raça e/ou etnia assumem um papel fundamental na definição de quais sujeitos realmente alcançam a passabilidade (Pontes; Silva, 2018). Além disso, considerando essa perspectiva interseccional, é preciso questionar quais sujeitos realmente se sentem mais seguros ao experienciar a passabilidade. Ao assumir uma condição de passabilidade, os transmasculinos racializados, por exemplo, podem sofrer com outros embates, como a maior violência em decorrência do racismo estrutural presente na sociedade brasileira (Pontes; Silva, 2018).

homem. Isso só me adoeceu. Essa é a verdade, isso só me adoeceu. [...] Mas dependendo do espaço, por exemplo, eu tendo a reproduzir mano, principalmente se é um contexto muito formal. Eu tendo a reproduzir sim masculinidade, sabe? De alguma forma, seja gestual, de vestimenta, de maneira de se portar (Agnes, 2025).

Todavia, a relação estabelecida entre as espacialidades do município e as corporeidades trans* ultrapassa essa dimensão de segurança e/ou imposição. A subversão dos padrões binários de gênero, manifestada pelos corpos dissidentes, também ostenta a potencialidade de modificar o espaço na escala do vivido, instituindo um verdadeiro desvio em relação às premissas cisnormativas. Conforme exposto por Nolasco-Silva e Vieira (2020), as tecnologias e estratégias de sobrevivência¹⁷ dos corpos trans*, estruturam redes significativas de desobediência e insurgência, garantindo a transgressão das fronteiras de gênero e a produção de fissura no regime espacial cisgênero, como verificado a seguir:

Ser transexual é uma tecnologia de transgressão, de afirmação de si, do quanto a gente, de diferentes formas, encontra meios e ferramentas para poder coexistir nesses espaços. Porque é isso, a sociedade, em geral, não foi pensada para nós. E por mais que sempre tenha existido transexuais, eles estiveram muito à margem da sociedade sendo silenciados. [...] É uma questão de você se reafirmar. De você ver o impacto que você tem ali. É muito potente, assim, de você saber que você impacta, que o seu corpo ali faz muita diferença, só de você continuar existindo. Eu posso não ser o melhor ser humano. Ainda que eu vá tentar ser, claro, esse é o meu objetivo maior. Mas eu tô ali e só de eu estar ali, assim, já é algo que vira chave, sabe? É algo que muda totalmente o olhar das pessoas para comigo e o olhar de mim para mim mesmo também (Agnes, 2025).

Nesse sentido, a existência de sujeitos dissidentes de gênero nas espacialidades cotidianas pode ser compreendida como uma situação de "perturbação", com o potencial de desestruturar a fictícia naturalidade do sistema sexo-gênero-desejo e, por conseguinte, estimular reflexões que favoreçam a produção de novos espaços de diferenciação (Nolasco-Silva; Vieira, 2020; Cardoso; Estefani, 2025). Em outras palavras, é possível dizer que as redes de indisciplina dos corpos transexuais, travestis e transgêneros se consolidam como uma estratégia de resistência que contribui significativamente não somente para a transformação, mas também para a produção de espaços sociais de oposição.

Na delimitação espacial de análise, o processo de transformação e/ou produção espacial realizado pelos corpos trans* é facilmente verificado através das entrevistas

¹⁷ É imprescindível destacar, caso não tenha ficado evidente, que a subversão também ocorre através da assimilação não alienada dos padrões de gênero pelas pessoas transexuais, travestis e transgêneros. Isto porque, embora determinados corpos trans* sejam contemplados com uma passabilidade de gênero considerável (não é possível apontar a existência de uma passabilidade completa, uma vez que o modelo proposto pela cisgeneridade é inalcançável até mesmo para a própria comunidade cisgênera), eles também desempenham uma subversão das premissas cisnormativas. Afinal, a matriz cisgênera apresenta-se como fixa, estática e imutável, baseando-se na linearidade entre sexo-gênero-desejo, enquanto as corporeidades trans* desobedecem e transgridem essas imposições. Entretanto, como discorrido por Lanz (2014), essa aproximação dos padrões binários de gênero afeta significativamente a visibilidade desse corpo enquanto um corpo desviante.

realizadas. A presença desses sujeitos sociais dissidentes de gênero em espaços normativos, como as ruas, as universidades e as unidades de saúde, assim como a construção de espacialidades alternativas como as Feiras da Visibilidade Trans e Travesti, os eventos culturais do Coletivo 220 e do Coletivo Drama e as aulas de vogue no Salão Cultural CAASO garantem uma transfiguração do município, promovendo uma verdadeira resistência frente às opressões e discriminações existentes no município. Assim, conforme será demonstrado na seção a seguir, assume-se que o encontro e o confronto entre as premissas cisgêneras e as trajetórias espaço-corporais transgêneras estabelecem espaços de (não) pertencimento para os membros dessa comunidade são-carlense.

4.3. Espaços de (não) pertencimento: repressão, resistência e transformação.

No decorrer da realização das entrevistas, identificou-se a existência de processos de repressão e resistência procedentes do encontro e confronto entre as corporeidades dissidentes de gênero e os espaços sociais do município de São Carlos (SP). Ao realizar os procedimentos de transcrição da interação verbal e a organização dos conteúdos, foram observados padrões, espaços e sentidos recorrentes nos diálogos dos diferentes participantes, evidenciando dinâmicas de hostilidade, oposição e transformação em espacialidades específicas, que impactam significativamente a vivência desse grupo social.

Inicialmente, considerando os espaços de repressão e hostilidade, emergiu das falas dos entrevistados a recorrente associação aos banheiros públicos. Isto porque, como retratado por Connell (2011), os banheiros apresentam-se, historicamente, como uma espacialidade normativa, fundamentada na falsa concepção essencialista binária homem/mulher. Assim, para além de uma mera localidade destinada às necessidades fisiológicas, a unidade sanitária configura-se como uma tecnologia efetiva de inspeção de gênero, que analisa a conformidade visual de cada corporeidade aos padrões de masculinidade e feminilidade exigidos pela cisgeneridade (Preciado, 2019; Severo, 2023).

Sob essa perspectiva, constata-se que as características secundárias, associadas à aparência corporal, são adotadas como verdadeiros signos que indicam a possibilidade ou restrição de acesso a um espaço sanitário designado, dispensando, na maioria dos casos, a prática de verificação dos órgãos genitais (Severo, 2023). Isso pode ser notado, por exemplo, no relato de Poli Zatará (2025):

Essa questão do banheiro sempre é uma coisa que é bem forte, né?! Porque, tipo, eu não sou uma pessoa condizente muito a nenhum dos pontos da binaridade, do espectro de gênero, então eu sempre acabo ficando um pouco receosa com os olhares, etc. [...] Por exemplo, já aconteceram casos de eu estar aqui na faculdade

[UFSCar], no NAP, que é o Núcleo de Apoio à Pesquisa, e eu ia usar o banheiro à noite, ia usar o banheiro feminino no momento, e uma pessoa, um funcionário, foi tentar me expulsar de lá, tá ligado? (Poli Zatará, 2025).

Como exposto na declaração da participante, a perceptível incongruência com os padrões binários de gênero defronta-se com as premissas que regulamentam cotidianamente a utilização dos banheiros públicos. Nesse sentido, as pessoas trans* que não desempenham uma adequação às normativas hegemônicas, especialmente aquelas com baixa passabilidade, enfrentam sérias adversidades na escolha do sanitário e, conseqüentemente, na sua permanência no espaço escolhido (Alves; Moreira; Jayme, 2021). Como resultado, observa-se que uma prática compreendida como trivial entre os sujeitos cisgêneros transforma-se em uma ação proibida, opressiva e constrangedora, coagindo os indivíduos dissidentes de gênero a evitar tais espacialidades (Severo, 2023; Grassine, 2024).

Esse processo é notadamente descrito por Agnes:

Assim, eu seguro o xixi. Entre usar o banheiro e segurar o xixi, eu prefiro segurar o xixi, sabe? Porque para mim é um estigma muito grande. Eu não me sinto à vontade pelos olhares das outras pessoas, pelos questionamentos verbais. E aí houve uma questão. Eu fui num banheiro feminino e aí chegou uma conhecida. E aí ela falou assim: “Por que você tá nesse banheiro?”. Eu falei “Caralho, eu não posso usar nenhum dos dois? Eu vou mijar onde?” Sabe, assim? E aí eu peguei e falei pra ela: “Então, você acredita? Saiu uma notícia, uma reportagem de enfermeiras que estavam relatando o caso de problemas urinários com pessoas trans, porque elas seguram o xixi pra não usar banheiro. E eu tô nessa situação, você acredita? Eu tenho segurado o xixi pra não usar o banheiro” (Agnes, 2025).

Em sua manifestação, observa-se a existência de um aspecto crítico: além do nítido desrespeito aos direitos fundamentais, a restrição de acesso aos banheiros compromete, significativamente, o bem-estar e a saúde física dessa população (Antra, 2023). Como abordado na fala de Agnes, em decorrência das repressões existentes nessa espacialidade, um segmento considerável desse grupo social prefere abdicar-se do uso de sanitários públicos, enfrentando graves complicações de saúde, tais como: infecções do trato urinário e/ou renais, impactação fecal e hemorroidas (Gonçalves; Marques; Maiorino, 2025). Ademais, é comum identificar também a falta de ingestão de líquidos com a finalidade de inibir a vontade de urinar, potencializando as chances de uma desidratação, tornando ainda mais explícitos os impactos da hostilidade e repressão dessa localidade (Gonçalves; Marques; Maiorino, 2025).

Paralelamente a essa configuração espacial, as entrevistas revelaram também diferentes atos repressivos em unidades de saúde, evidenciando a recorrente transfobia institucional, assim como a discriminação praticada pelos próprios profissionais. Isto porque, como descrito por Mota (2022) e Pedra (2020), a produção capitalista em conjunto com a cisnormatividade fomenta um processo de constituição social e política baseado na opressão

de sujeitos dissidentes, destinando aos postos de saúde um importante papel na reprodução da marginalização e na manutenção de estigmas e preconceitos sociais.

Apesar dos diferentes centros de saúde mencionados no decorrer dos diálogos, essa realidade é observada, especialmente, no Hospital Universitário Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar), instituição que abriga o Ambulatório Multidisciplinar de Sexualidade Humana, responsável pelo atendimento integral das pessoas transexuais, travestis e transgêneros residentes no município de São Carlos (SP). Como consequência da existência deste ambulatório, dos sete sujeitos entrevistados, cinco frequentam regularmente a unidade de saúde e, entre esses, quatro relataram ter vivenciado situações de constrangimento, desrespeito e/ou negligência.

Inicialmente, o principal problema declarado pelos participantes desta investigação é a dificuldade de utilização do nome social. Ainda que a Carta dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), implementada pelo Ministério de Saúde na portaria nº 1.820/2009, tenha assegurado o direito ao nome social, essa normativa enfrenta obstáculos para ser instituída integralmente em todos os espaços (Racon et al., 2016). Essa dinâmica, por exemplo, é retratada na fala de Júlia:

Não ajuda muito que o hospital universitário é um pouco incompetente. Eles não sabem lidar com o nome social. Até hoje eu não sei se meu nome social tá no sistema ou não. Era pra tá, me falaram que tava, mas não sei se ainda tá. Sempre dá alguma confusão. A pessoa que fica na secretaria e que recebe você não sabe o que fazer. Eu, por exemplo, não tenho nome social no documento, então a pessoa fica tipo: “tá, o que está acontecendo?”. E é meio embaraçoso às vezes. É uma daquelas coisas que não é a maior das agressões, mas ainda é longe do ideal (Júlia, 2025).

Entretanto, tal dificuldade institucional referente à identificação dos pacientes não se configura como a única problemática exposta pelos entrevistados. Conforme discorrido por Poli Zatará (2025), o método desatualizado de hormonioterapia, o atendimento médico tradicional e normativo e a ausência de escuta para com as demandas de cada paciente apresentam-se como verdadeiras adversidades que, em algumas circunstâncias, são capazes de provocar um significativo afastamento entre as pessoas trans* e o acompanhamento de saúde proporcionado pelo hospital:

Quando eu comecei a passar no HU, eu acho que eu passei no final de 2022, comecei de 2023, eu desisti. Eu desisti de ir atrás dos hormônios. Primeiro que eu acho que, do ponto de vista médico e biológico, algumas coisas são um pouco ultrapassadas no HU. Tipo, me passaram primeiro só bloqueador de testosterona sem hormônio. O que é uma coisa que eu já li bastante, que se fala que só vai causar mais depressão, não vai fazer a pessoa se sentir bem, porque a pessoa vai ficar com basicamente nenhum hormônio no corpo. E acho que o próprio atendimento dos médicos naquela época me fez perder muito a coragem de continuar passando. Assim, eu passei um tempo sem terapia, um tempo sem hormônio. Foi ano passado

que eu voltei a... Que eu consegui ir atrás de novo. Eu acho que eu sou muito pouco ouvida quando passo no HU mas, pelo menos, saio com hormônio de graça (Poli Zatará, 2025).

De maneira semelhante, Elvira também relatou a sensação de não ser suficientemente ouvida pelos profissionais deste ambulatório. Em diferentes momentos de sua entrevista, a participante declara a dificuldade de se estabelecer um diálogo com a equipe médica da unidade, especialmente quando suas manifestações se mostravam contrárias às concepções cisnormativas, binárias e patológicas. Todavia, uma questão central que deve ser destacada é a ausência de atenção às suas reclamações sobre os efeitos dos medicamentos, exigindo a criação de uma rede de apoio capaz de oferecer alternativas para o problema vivenciado:

A dose de bloqueador que passavam antes pra mim me derrubava completamente, e isso é bem característico na hormonização transfeminina. A gente tem uma queda de energia muito grande. Eu relatei que tava com esse efeito colateral bem sério, mas nunca era uma questão. Elas sempre perguntavam se eu tava conseguindo ter ereção, se eu tava me sentindo desejante, mas isso não era uma questão pra mim, tava rolando da mesma forma. O que tava pegando era que eu tava dormindo muito. Eu não conseguia acordar direito. Passava o dia inteiro sentindo sono. Só que eu levava essa queixa e elas falavam: “da próxima vez a gente muda sua dose, vamos tentar manter assim”. Até o ponto em que eu decidi mudar a minha dose por mim mesma. Eu tinha uma amiga que morava aqui antes e ela fazia a hormonização dela pelo plano. A endócrina dela falava que não tinha necessidade de começar com uma dose tão alta de bloqueador e aí ela falou: “pode tomar meio comprimido”. Eu falei: “ah, tá bom” e, independentemente, comecei a arranjar essa estratégia pra lidar. E deu tão certo que é isso. Até hoje elas acham que eu tomo a dose que elas passam e eu tomo menos (Elvira, 2025).

Contudo, para além de tais experiências negativas, foi possível observar um importante movimento de transformação dessa espacialidade. De acordo com Elvira (2025) e Raphael (2025), o Ambulatório Multidisciplinar de Sexualidade Humana foi recentemente contemplado com R\$ 600 mil, decorrente de uma emenda parlamentar protocolada pela deputada federal Érika Hilton¹⁸, com a finalidade de oferecer um atendimento público qualificado, humanizado e digno para essa população. Como resultado, atualmente encontra-se uma equipe multidisciplinar em atuação, constituída majoritariamente por pessoas trans*, que vem promovendo práticas de maior sensibilidade e acolhimento, garantindo uma melhora lenta, porém significativa, no atendimento promovido por essa unidade de saúde.

Concomitantemente, essa dinâmica de transformação espacial também é observada nas duas universidades públicas situadas no município: Universidade de São Paulo (USP)¹⁹ e

¹⁸ Para informações mais detalhadas, acesse: [Matéria sobre o Ambulatório Multidisciplinar de Sexualidade Humana do HU-UFSCar](#).

¹⁹ Embora a Universidade de São Paulo (USP) apresente uma espacialidade complexa e com grande potencialidade para a análise da temática, optou-se por concentrar o aprofundamento do estudo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Isso se deve ao fato de que apenas um dos entrevistados era estudante da USP,

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Apesar da existência significativa de preconceitos e práticas discriminatórias no interior dessas instituições, bem como a falta de acesso e permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, como mostram os dados do subitem 3.6, as entrevistas evidenciaram um notável tensionamento das estruturas cisonormativas que têm criado condições para modificações substanciais (Santos, 2023).

Notoriamente, esse processo, em especial, é identificado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em decorrência da atuação do GT – Transformar. O coletivo, instituído em 2022 como consequência dos anseios das pessoas trans*, refere-se a um espaço de acolhimento e articulação construído para os sujeitos dissidentes de gênero do âmbito acadêmico (GT – Transformar, 2023). Dessa forma, desde a sua criação observa-se a promoção de diferentes ações com o intuito de garantir o acesso, a permanência e a dignidade para esse grupo social, assim como a própria construção de uma rede de apoio e sociabilidade, conforme apontado por um dos participantes:

Pra mim foi muito importante compor o GT. Eu comecei quando ele tava nascendo e ver várias pessoas trans, no mesmo lugar, conversando sobre as nossas pautas, conversando sobre o que a gente pode fazer pra avançar em nossa causa dentro da UFSCar foi muito importante. Por exemplo, a questão do nome social, a gente teve uma conquista em relação a isso, de facilitar a inscrição e o uso do nome social dentro da UFSCar. E as cotas trans também. Enfim. Eu acho que esse é o único núcleo de ativismo trans que eu conheço aqui em São Carlos e que eu faço parte. Eu acho que ter essa rede de conexão de pessoas trans é muito importante. Então, a gente fala das pautas do GT no grupo do WhatsApp, mas às vezes as pessoas querem perguntar alguma coisa sobre hormonização ou tirar alguma dúvida. E as pessoas falam lá: “Gente, alguém sabe alguma coisa sobre o uso de progesterona”. Ou tipo: “Gente, alguém conhece endócrino aqui em São Carlos?”. Então ter esses contatos, assim, eu acho que é muito importante pra permanência das pessoas trans na UFSCar (Zeca, 2025).

Como demonstrado no relato de Zeca (2025), o GT – Transformar vem assumindo uma posição importante na luta pelo avanço das ações afirmativas e na conquista dos direitos sociais dos integrantes trans* da universidade, assegurando melhorias significativas, ainda que insuficientes. Na sua fala, por exemplo, observa-se a conquista da desburocratização da utilização do nome social na instituição que, atualmente, já pode ser requerida através da própria Central de Serviços disponibilizada para os estudantes, servidores, colaboradores terceirizados e estagiários (Gestão UFSCar, [s.d.]). Somada a isso, constata-se também a recente criação da Política de Acesso e Permanência de Pessoas Trans na Graduação, proporcionando uma vaga adicional destinada a sujeitos dissidentes de gênero em cada curso de graduação (Gestão UFSCar, [s.d.]).

o que dificultaria uma análise aprofundada, enquanto cinco entrevistados eram da UFSCar, fornecendo um material mais consistente para o desenvolvimento da discussão. Somada

Ademais, ao acessar as redes sociais do coletivo, nota-se a realização de diversas atividades no campus da UFSCar que viabilizam mudanças de paradigmas, visibilidade para as subjetividades trans* e acolhimento entre a própria comunidade (Scote; Garcia, 2020). Dentre elas, destacam-se o “Recepciona Trans” realizado no início do primeiro semestre com a finalidade de recepcionar e amparar os novos integrantes que escapam à cisgeneridade, assim como a “Feira da Visibilidade Trans e Travesti”, um expressivo evento produzido anualmente no mês da visibilidade trans, com o intuito de celebrar a arte, a cultura e a vida desse grupo social e, por consequência, estabelecer possíveis fissuras em oposição a cisonormatividade existente nessa espacialidade.

Em coexistência com tais avanços significativos no âmbito acadêmico, observa-se também a construção de espaços artísticos e/ou festivos que encorajam a oposição, a sociabilidade e a liberdade para os sujeitos dissidentes de gênero residentes no município de São Carlos (SP). Em diversos diálogos realizados na presente pesquisa mencionou-se, por exemplo, a existência do “Vogue das Comadres”, um treino aberto de vogue, realizado semanalmente no Salão Cultural do CAASO, situado na Universidade de São Paulo (USP), como demonstrado a seguir:

Artisticamente, tem vários espaços. Tem o Vogue das Comadres agora no CAASO, que também é isso. São quatro horas semanais onde as pessoas vão lá e ficam treinando vogue. Qualquer pessoa é bem-vinda. E é isso, a gente tá lá treinando vogue e é bem no horário do almoço do pessoal da USP. Então todo mundo passa lá e fica olhando assim, estranhando. Bem a música da Linn da Quebrada: “o que que é isto que estas bichas estão fazendo?” (Elvira, 2025).

A partir dessa colocação, mostra-se fundamental revelar brevemente que o vogue²⁰ refere-se a uma dança pertencente à subcultura *ballroom*²¹ da comunidade LGBTI+ latina e afro-americana, elaborada na década de 1960 em Nova Iorque, que viabilizou a criação de um espaço seguro para a subversão dos padrões de identidade de gênero e sexualidade (Vogue, 2022). Como resultado dessa construção histórica, constata-se ainda hoje a preservação da relevância dessa cultura para a construção da resistência e do pertencimento desse grupo social. Conforme evidenciado no relato de Elvira (2025), a existência desse ensaio semanal tensiona os ideais cisonormativos da sociedade são-carlense, provocando estranhamento de

²⁰ O vogue, também denominado como voguing, trata-se de uma dança de empoderamento, elaborada na década de 1960 pela comunidade LGBTI+, produzida por meio da repetição das poses de mulheres brancas exibidas nas fotografias das revistas comercializadas naquele período (Frizeiro; Lima, 2020).

²¹ A cultura *ballroom* é um movimento político, social e artístico, construído nos subúrbios de Nova York nas décadas de 1960, com o intuito de proporcionar um espaço seguro para a celebração e empoderamento de pessoas marginalizadas. Apesar de sua consolidação no século XX, indícios apontam que a primeira ball foi realizada em 1849 (Frizeiro; Lima, 2020). Para mais informações acesse: <[O que é cultura Ballroom?](#)>.

quem presencia, ao mesmo tempo em que possibilita um espaço para a experimentação e sociabilidade para aqueles que praticam.

Entretanto, as espacialidades de contestação que se manifestaram de forma mais evidente foram as festas promovidas pelo Coletivo Drama e pelo Coletivo 220. De acordo com o livro-reportagem de Nicole Conchon (2024), a formação de tais organizações procedeu-se em 2022, fortalecendo a cena alternativa, queer e underground da cidade. Ao passo que o Coletivo Drama constituiu-se como uma casa de convivência, com a finalidade de proporcionar um espaço de eventos, trocas de experiências e liberdade pessoal, o Coletivo 220 estabeleceu-se como uma localidade de desenvolvimento experimental e autoral da música eletrônica e LGBTI+ em que os grupos marginalizados também poderiam experimentar alguma forma de pertencimento:

A partir do momento em que eu assumi uma identidade mais ligada ao lado feminino e ao travestismo, acho que as pessoas começaram a entender que o buraco era mais embaixo e começaram a ter um respeito maior, mas isso não impediu um afastamento. E acho que o que eu entendi desse período é que eu realmente ia precisar achar as pessoas que iam estar comigo, que iam me entender. E aí surgiu o grande lugar onde eu me senti acolhida e recebida: as festas que eu comecei a ir. Eu comecei muito a ir na 220 e a partir dessas festas comecei a conhecer pessoas que me acolhiam mais. A partir disso eu pude frequentar a casa das pessoas. A própria 220 era uma república. E foi engraçado, porque antes, pra mim, eles eram os organizadores das festas, os DJs e as atrações. Então eles estavam quase nesse lugar meio inacessível. Mas, no fim, eles viraram meus amigos, né? Viraram pessoas que me acolhem, pessoas que me apoiam. Pessoas que me ensinaram a ser DJ, pessoas que me ensinaram a performar. E é isso, a maioria são pessoas queer, dissidentes. Foi um lugar que eu reconquistei esse sentimento de pertencimento (Elvira, 2025).

Como é possível presumir, para além de proporcionar essa rede de apoio e sociabilidade mencionada por Elvira (2025), tais espacialidades também incentivam a liberdade de gênero, fazendo emergir questões relacionadas às identidades, corporeidades e subjetividades (Pereira et al., 2025). Nesse contexto, nota-se a suspensão momentânea de controle, normalização e subordinação dos corpos dissidentes e, conseqüentemente, constata-se a elaboração de um espaço receptivo aos contrapoderes e a fugacidade dos padrões binários de gênero, assegurando condições para a transgressão da cisgeneridade:

Eu vejo que existe uma potência disruptiva, assim, muito maior nos espaços artísticos como nos coletivos que eu falei. Porque são nesses espaços que rola, por exemplo, de uma travesti chegar inteira pintada de dourado e fazer uma performance de dança no meio de todo mundo e ser ovacionada, assim, aquilo ser um espetáculo. Ou dar espaço para essas pessoas também se expressarem, arranjam trabalho. Eu, por exemplo, já fiz uns três, quatro sets de DJ que eu fui paga pra isso. A Claudia Wonder falava isso, que ela via na arte uma liberdade e uma potência muito maior para a transformação do que na política (Elvira, 2025).

Desse modo, evidencia-se que o Coletivo Drama e o Coletivo 220 e suas respectivas produções culturais ostentam uma importante dimensão política, garantindo não apenas a possibilidade de uma vivência socioespacial, mas também a própria celebração das diferentes corporeidades e identidades trans*, constantemente reprimidas e marginalizadas no espaço da presente delimitação (Pereira et al., 2025). Assim, de forma conclusiva, afirma-se que tais espacialidades propiciam encontros, sentidos de pertencimento, visibilidade, acolhimento, liberdade e oportunidade de trabalho para as pessoas transexuais, travestis e transgêneros, configurando-se como um poderoso instrumento de contestação, resistência e transformação do cenário conservador de São Carlos (SP), capaz de refugiar a plena existência subversiva daqueles que se propõem a ocupar essa cena artística local (Conchon, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente trabalho de conclusão de curso almejou, por meio de um levantamento bibliográfico e da realização de entrevistas semiestruturadas, investigar a interação estabelecida entre as corporeidades transexuais, travestis e transgêneros e os espaços do município de São Carlos (SP). Para alcançar resultados significativos no âmbito desta temática foram estabelecidos três objetivos específicos, sendo eles: (1) Investigar como se configuram os encontros e confrontos entre os corpos trans* e as normas cisgêneras; (2) Examinar os efeitos dessa oposição sobre as corporeidades transexuais, travestis e transgêneros; (3) Identificar, a partir da perspectiva desse grupo social, os espaços de repressão e de resistência nessa delimitação espacial.

Em relação ao primeiro objetivo específico, constatou-se inicialmente a dimensão repressiva e marginalizante das espacialidades locais para com os sujeitos dissidentes de gênero, capaz de impactar significativamente a vivência socioespacial dessa comunidade. As informações coletadas por meio das entrevistas revelaram a materialização de um embate cotidiano, permeado pelas diferentes formas de opressão, rejeição e violência que impedem a efetivação de uma condição humana, plena e digna para esse grupo social. Entretanto, sob essa dinâmica de conflito, verificou-se também a existência de corpos subversivos que carregam em si – mesmo que de maneira cerceada – a potencialidade de oposição às convenções cisnormativas e, por consequência, de estruturação de novas espacialidades sensíveis à diversidade.

Nesse contexto, notou-se uma expressiva correlação entre a experiência espacial cotidiana de cada sujeito e os padrões binários de performatividade de gênero. A manifestação de uma passabilidade, adquirida por meio da hormonização, cirurgias de afirmação de gênero e/ou expressões corporais, muitas vezes imposta pela construção social e histórica do gênero, indicou a consolidação de uma “segurança” considerável diante das práticas de discriminação presentes nas espacialidades do município. De forma contrária, a exteriorização de uma maior fugacidade das convenções cisgêneras demonstrou a ocorrência de uma articulação espacial hostil na tentativa de supressão de possíveis ambiguidades de gênero, coagindo as pessoas a se conformarem às premissas estabelecidas pela tendencial imutabilidade binária.

Como resultado desse processo, detectou-se com clareza uma significativa influência sobre as corporeidades trans*, em resposta ao segundo objetivo específico. Ao experienciar certas espacialidades, os participantes apontaram reproduzir compulsoriamente uma performance binária de gênero, com a finalidade de aumentar sua segurança e preservar-se de

situações de constrangimento e/ou violência. Diante dessa situação, registrou-se o corpo como uma verdadeira espacialidade em disputa, constantemente condicionada e reelaborada pelas estruturas socioculturais, econômicas e políticas, mas que também é capaz de manifestar possibilidades de divergência e/ou rebelião, especialmente quando reapropriada.

Considerando o terceiro objetivo específico, por sua vez, observou-se que a dinâmica de repressão é, sobretudo, exemplificada nos relatos acerca do uso dos banheiros públicos, concebidos como uma tecnologia efetiva de inspeção de gênero, em condição de comprometer expressivamente a saúde física e emocional dessa população. Já como resultado do processo de resistência desempenhado pelos sujeitos dissidentes, identificou-se uma notável transformação espacial na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no Hospital Universitário Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci, de maneira conjunta à elaboração de eventos culturais promovidos pelo Coletivo Drama e Coletivo 220 que ostentam uma importante dimensão política, garantindo o acolhimento das diferentes corporeidades e identidades trans*, constantemente reprimidas e marginalizadas.

Nesse sentido, os resultados apontam para a existência de uma dialética relação entre os corpos dissidentes de gênero e as espacialidades do município de São Carlos (SP), de modo a influenciar-se mutuamente de forma transformadora, ainda que de maneira desigual. No entanto, sob essa perspectiva, é imprescindível salientar que somente a resistência por meio da performatividade não é capaz de promover a emancipação dos corpos perante a exploração, expropriação, disciplinamento, violência e marginalização. É indispensável a realização de uma reapropriação do corpo e do gênero que possa transpassar as mudanças culturais e/ou discursivas e, assim, subverter as estruturas sociais, econômicas e políticas do sistema de produção e reprodução capitalista.

Dessa forma, como contribuição científica, reconheceu-se o corpo como uma legítima categoria de análise, em uma ciência que tradicionalmente negligencia a sua existência na construção dos espaços, mostrando de maneira evidente que as corporeidades humanas não se constituem como uma presença neutra e a-política no espaço, mas, na verdade, desempenham um papel central em sua configuração. Além disso, a relevância desse estudo também foi a capacidade de ultrapassar o âmbito acadêmico, tendo um impacto social significativo, constituindo-se como uma ferramenta fundamental para análise e denúncia das estruturas cisnormativas que, historicamente, têm contribuído para a perpetuação da marginalização e discriminação das pessoas trans* nos espaços sociais.

Por fim, no que se refere às limitações, ressalta-se que ao longo da investigação foi efetuada uma considerável tentativa de comunicação com a finalidade de consolidar um grupo

social diversificado para a realização das entrevistas. Entretanto, em decorrência do significativo afastamento e receança dessa comunidade em relação às instituições acadêmicas, a participação restringiu-se, predominantemente, aos sujeitos já inseridos em ambientes universitários, que compartilham características socioeconômicas semelhantes. Posto isso, em relação às investigações futuras, recomenda-se uma nova tentativa de aproximação com uma pluralidade de sujeitos, que possa garantir uma análise interseccional mais aprofundada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM DA POSE: como o vogueing se conecta ao movimento pelos direitos das pessoas trans e travestis. **Vogue**, São Paulo, 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/Apresenta/noticia/2022/01/alem-da-pose-como-o-vogueing-se-conecta-ao-movimento-pelos-direitos-das-pessoas-trans-e-travestis.html>>. Acesso em: 27 set. 2025.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228122, 2021.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, v. 2, p. 61-69, 1992.

AMBULATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE SEXUALIDADE HUMANA DO HU-UFSCAR RECEBERÁ R\$ 600 MIL EM EMENDA PARLAMENTAR DA DEPUTADA ÉRIKA HILTON. **Gestão UFSCar**, São Carlos, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gestao.ufscar.br/pt-br/news/ambulatorio-multidisciplinar-de-sexualidade-humana-do-hu-ufscar-recebera-r-600-mil-em-emenda-parlamentar-da-deputada-erika-hilton>>. Acesso em: 18 set. 2025.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: Antra, 2024.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero**. Brasil: Antra, 2023.

ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais: História**, [s.d.]. História de criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **cadernos pagu**, p. 129-147, 2007.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **[Lista de definições de identidades de gênero encontradas no Brasil]**. ANTRA, [s.d.]. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/01/gc3aanero.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. de 2025.

BERNARDES, Antonio Henrique. Quanto às categorias e os conceitos. **Formação (Online)**, v. 2, n. 18, 2011.

BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana Cláudia N. Institucionalização e descentralização do movimento LGBT no Brasil. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 34, p. 563-585, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith. **Défaire le Genre**. Paris, Éditions Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CABRAL, V.; SILVA, J. M.; ORNAT, M; J. Espaço e morte nas representações sociais de travestis. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2013. p. 273-307.

CAMPOS, Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. ‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020.

CARDOSO, Maria Fernanda Alves; ESTEFANI, Gabriel Gimenes de. Em que espaço cabe a não-binariedade?: Cotidianos marcados pelo biopoder. **Anais XIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CASSIRER, Ernst. **The philosophy of symbolic forms**. Vol. I: Language. New Haven: Yale University Press, 1953.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CAVICHIOLO, Anderson. **Manual de Atendimento e Abordagem da População LGBTI por Agentes de Segurança Pública. Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexos (RENOSP-LGBTI)**, Brasil, 2018.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões*. Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade, p. 269-285, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. Ed. brasiliense, 1984.

CONCHON, Nicole. **São Delas: um mergulho na história da cena queer e underground da cidade de São Carlos (SP)**. [s.l.], [s.n.], 2024.

CONNELL, C. The Politics of the Stall: Transgender and Genderqueer Workers Negotiating “the Bathroom Question”. In Bobel, C., & Kwan, S. (Eds.). (2011). **Embodied Resistance: Challenging the Norms, Breaking the Rules** (pp. 175-185). Nashville: Vanderbilt University Press.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. **Geografia: conceitos e temas**, v. 2, p. 15-47, 1995.

COSTA, Eduardo César da. **Performatividade de gênero na produção do espaço: lugar cotidiano de corpos LGBT**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. Editora Elefante, 2023.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018.

FOGEL, Gilvan. Por que não teoria do conhecimento? Conhecer é criar. **Cadernos Nietzsche**, v. 13, p. 89-115, 2002.

FRIZEIRO, Caroline; LIMA, Karoline. O que é Cultura *Ballroom*. **House of Raabe**, 2020. Disponível em: <<https://houseofraabe.alboompro.com/post/46681-culturaballroom>>. Acesso em: 14 out. 2025.

GALBIERI, João Otávio. **Das letras aos números: a produção de estatísticas e ativismos pelos movimentos LGBTI+**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

GONÇALVES, Marcelo Limão; MARQUES, Thiago; MAIORINO, Fabiana. O uso de banheiros públicos pelas pessoas transgênero e os desdobramentos para a saúde. **Revista Pesquisa em Psicologia Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 4-34, 2025.

GRASSINE, Felipe. Podem pessoas transgêneras ocuparem banheiros públicos?: Placas de banheiro e suas regulações de corpos dissidentes. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos**, n. 223, p. 117-126, 2024.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **cadernos pagu**, n. 14, p. 45-86, 2000.

GROSZ, Elizabeth. **Space, Time and Perversion: Essays on the Politics of Bodies**. Londres, Nova York: Routledge. 1995.

GT TRANSFORMAR. GT TRANSFORMAR UFSCAR. São Carlos, 27 abr. 2023. Instagram: @gt_transformar. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Crjxylky4uJ/?igsh=eTE0eDVwNm10bWth>>. Acesso em: 24 set. 2025.

HALBERSTAM, Jack. **Trans*: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero**. São Paulo: Editora Devires, 2023.

HEROLD JR, Carlos. Os estudos sobre o corpo para além da apologia e da negação: contraposição crítica ao pós-modernismo. **Educar em Revista**, n. 33, p. 221-234, 2009.

HARVEY, D. **O corpo como estratégia de acumulação**. In: Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 135-160.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HILTON, Erika. **Cotas Trans nas Universidades: Compromisso com a Justiça Social**. IREE. Brasília, 01 ago. 2024. Disponível em: <<https://iree.org.br/cotas-trans-nas-universidades-compromisso-com-a-justica-social/>>. Acesso em: 23 set. 2025.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, 2023.

IBRAT. **Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - SP**, [s.d.]. Apresentação do Instituto Brasileiro de Masculinidades de São Paulo. Disponível em: <<https://www.ibratsp.com/>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JANTSCH, Ari Paulo. Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico. BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. **A trama do conhecimento: teoria, método escrita em ciência e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012. 42p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019.

JONES, Peter. **O Deus do Sexo: como a espiritualidade define a sua sexualidade**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2014.

LANZ, Leticia. O sexo, o gênero e as pessoas transgêneras. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 1, p. 13-23, 2017.

LE BRETON, David. **A antropologia do corpo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L'Espace. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Le Temps des Méprises**. Paris, Stock, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal lógica dialética**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1990.

LIBANEO, Rafael Augusto Pinheiro. **A teia da tarântula: a violência letal contra mulheres transexuais, travestis e pessoas homossexuais na ditadura brasileira e no atual estado democrático de direito**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Estudos feministas**, v. 4, n. 4, 2003.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: Elaboração, aplicação e análise de conteúdo**. São Paulo: Pedro e João, 2020.

MARIN, Ana. **Jovem trans é espancada, esfaqueada e tem orelhas decepadas por trio em São Carlos**. G1, São Carlos, 01 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/03/01/jovem-trans-e-espancada-esfaqueada-e-tem-parte-da-orelha-decepada-por-dupla-em-sao-carlos.ghtml>>. Acesso em 09 de set. de 2025.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13477>.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Eduardo Cavalcanti de. O corpo na obra de Michel Foucault. **Pontifícia Universidade Católica**, Rio de Janeiro, 2010.

"Minha filha não merecia isso", diz mãe de jovem trans morta na capital. São Carlos Agora, São Carlos, 24 out. 2024. Disponível em: <<https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/minha-filha-nao-merecia-isso-diz-mae-de-jovem-trans-morta-na/174992/>>. Acesso em: 09 set. 2025.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter; BÖHM, Steffen. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 181-193, 2008.

MONTE, Frederico. **Transexualidade, Tendência Atualizante e Terapia Afirmativa: o clássico e o contemporâneo nas questões de identidade de gênero e sexualidade no processo terapêutico**. Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

MOORE, Henriqueta. **Compreendendo sexo e gênero**. Companion Enciclopédia de Antropologia. Londres: Routledge, 1997.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Introdução. **A Antropogeografia de Ratzel: indicações**. Ratzel. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Cristina Gross. Diversidade sexual e discriminação: ética e estética. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MOREIRA, Rene. **Primeira trans a mudar de nome no Brasil é agredida a marteladas**. Estadão, São Paulo, 05 de nov. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/primeira-trans-a-mudar-de-nome-no-brasil-e-agredida-a-marteladas/?srsltid=AfmBOoqtLZe0c4a8e14tGjlhhQvqSijbNzkt2Bnw4-5QJAA_Uo1depMJ>. Acesso em: 09 de set. 2025.

MOTA, Maylla et al. “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210017, 2022.

MOVIMENTO DE AVANÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO ÀS POPULAÇÕES LGBTI+ [MAPPA]. **Análise do Mapeamento realizado no ano de 2021**. São Carlos, SP: MAPPA, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; VIEIRA, Ana Letícia. O corpo trans como corpo-imagem-andarilho: resistência, contestação e desestabilização nos/dos cotidianos escolares. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 172-189, 2020.

OAKLEY, Ann. Sexo e gênero. **Revista feminismo**, v. 4, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, Francisco Vieira de; BARBOSA, Joaquim Gonçalves. Corpo e ciência do conhecimento disciplinar à visão plural. **ETD Educação Temática Digital**, v. 23, n. 1, p. 192-211, 2021.

OLIVEIRA, Marcos Braga de. **Processos de subjetivação e trabalho nas histórias de vida de pessoas trans**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **DIVAS, DIVINAS E PODEROSAS: Fragmentos discursivos a respeito da presença de travestis e mulheres transexuais no campo do sagrado**. Peita, 2019. Disponível em: <<https://peita.me/blogs/putablog/divas-divinas-e-poderosas-fragmentos-discursivos-a-respeito-da-presenca-de-travestis-e-mulheres-transexuais-no-campo-do-sagrado>> .

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**, p. 69, 2018.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans: acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil**. Editora Appris, 2020.

PEREIRA, Simone Luci et al. “Não é Só Uma Festa, Tá Ligado?”: Trabalho e circuitos afetivos em coletivos musicais TLGBQIA+ no Sul do Brasil. **Revista FAMECOS**, v. 32, n. 1, p. e45470-e45470, 2025.

PIRES, Juliana Torres. Caminhos para pensar a produção do espaço em Henri Lefebvre e as relações corpo-cidade. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio** Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 84-104, jul-dez. 2018.

POLON, Luana Caroline Künast. Espaço Geográfico: Breve discussão teórica acerca do conceito. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 10, n. 2, p. 82-92, 2016.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, 2018).

PRECIADO, Paul B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano, v. 7, 2019.

RAMOS, Élviz; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEoграфия**, v. 24, n. 52, 2022.

REPRESSÃO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/repress%C3%A3o%20/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

RESISTÊNCIA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/resist%C3%Aancia/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2517-2526, 2016.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan-abr. 2017.

RODRIGUES, Karine, **Travestis resistiram à ditadura em boates e teatros**. Radis, Rio de Janeiro, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/60-anos-do-golpe/travestis-resistiram-a-ditadura-em-boates-e-teatros/>. Acesso em: 21 de ago. 2025.

RUCK, Richard. Repressão e Ambiente Social. **Revista Sociologia em Rede**, v. 9, n. 09, 2019.

SANTIN, Silvino. Uma busca da filosofia do corpo. **Kinesis**, 1989.

SANTOS, Antonio Carlos dos; CAVALCANT, Dayane Karlla Santos; SANTOS, Matheus Messias Soares. **Travestilidade e Transexualidade: da gênese à atualidade**. Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife, 2023.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Incorrígíveis, afeminados, desenfreados: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 2, 1997.

SANTOS, Júlio César de Oliveira. HACKEAMOS A UNIVERSIDADE: disputas e afirmações sobre o (não) lugar das pessoas trans e travestis na universidade. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, p. 324-337, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>.

SCHREINER, Maxmillian Gomes; WITZEL, Denise Gabriel. Tentativas de silenciamento das travestis no Brasil: um breve percurso histórico-discursivo das resistências. **Anais VI Colóquio Internacional Museus, Arquivos: discursividade, história, memória em cena**. Guarapuava: Unicentro, 2024. p. 34 – 39.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.

SEMEM, Cleiton José; CARAMASCHI, Sandro. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. **Barbarói**, n. 49, p. 166, 2017.

SEVERO, Taís. In/visibilidades de gênero, pessoas trans e banheiros públicos. **Eikon**, n. 13, 2023.

SILVA, Armando Correa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Edlene Oliveira et al. Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). **Dimensões**, n. 38, p. 214-239, 2017.

SILVA, Joseli Maria. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2013. p. 85-142.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 83-95, 2010.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; FURLAN, Reinaldo. Corpo e alma em Foucault: postulados para uma metodologia da psicologia. **Psicologia USP**, v. 14, p. 171-194, 2003.

SIMÕES, R. **Do corpo no tempo ao tempo do corpo: a ciência e a formação profissional em Educação Física**. Campinas, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SIONEK, Luiza; ASSIS, Dafne Thaissa Mineguel; FREITAS, Joanneliese de Lucas. “Se eu soubesse não teria vindo”: Implicações e desafios da entrevista qualitativa. **Psicologia em estudo**, v. 25, p. e44987, 2020.

SOUZA, José Gilberto de. A Geografia e o Materialismo Histórico-Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923-961, 2020a.

SOUZA, José Gilberto de. **Método – Categorias e Conceitos: Cont. Metod. do ensino de Geografia Educ. Básica**. YouTube, 15 de jul. de 2020b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ej5BkGJ3b4A>>.

SOUZA, José Gilberto de; FULINO, Raquel. A QUESTÃO DO MÉTODO. **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, p. 1–15, 2020c. DOI: 10.14393/RCG0058464. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58464>. Acesso em: 14 out. 2025.

TORRES, Anália. **Sexo e Gênero: problematização conceptual e hierarquização das relações de gênero**. Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 2018.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: Humanistic perspective. In: **Philosophy in geography**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1979. p. 387-427.

UFSCAR APROVA A POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS. **Gestão UFSCar**, São Carlos, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gestao.ufscar.br/pt-br/news/ufscar-aprova-a-politica-de-acesso-e-permanencia-d-e-pessoas-trans>>. Acesso em: 22 set. 2025.

UFSCAR FACILITA SOLICITAÇÃO DE USO DO NOME SOCIAL. **Gestão UFSCar**, São Carlos, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gestao.ufscar.br/pt-br/news/ufscar-facilita-solicitacao-de-uso-do-nome-social>> . Acesso em: 22 set. 2025.

VERGILI, Guilherme E. **Institucionalização de políticas LGBTs: Um estudo sobre a criação do tripé da cidadania LGBT no município de São Carlos entre os anos 2009 e 2012**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 171–181, 2001. DOI: 10.7213/rde.v2i3.3541. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3541>>.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco 1 - Identificação do entrevistado

Pergunta 1: Fique à vontade para apresentar quem é você, seu nome, idade, gênero, pronomes utilizados, sexualidade, origem racial/étnica, nível de renda, grau de escolaridade e ocupação profissional. Caso se sinta confortável, compartilhe também um pouco de sua história de vida e de construção de sua identidade de gênero.

Pergunta 2: Quanto tempo faz que você reside em São Carlos (SP)?

Pergunta 3: Quais lugares da cidade você frequenta cotidianamente (como transporte, comércio, trabalho, saúde, educação, religião, lazer etc.)?

Bloco 2 - Identificação da influência exercida pelos espaços

Pergunta 4: Você consegue perceber se a sua identidade de gênero influencia ou não na forma como você é tratada nesses lugares? Poderia contar mais sobre isso?

Pergunta 5: Você sente que adapta a sua forma de performar seu gênero dependendo do lugar em que está? Poderia falar mais sobre isso?

Pergunta 6: Você acha que os lugares que você frequenta cotidianamente exercem alguma influência na sua decisão de realizar ou não modificações corporais e de vestimenta relacionadas à sua identidade de gênero? Por quê? Você sente que algumas dessas influências têm um caráter impositivo ou não? Poderia contar mais sobre o que pensa?

Pergunta 7: Quais espaços da cidade você sente como acolhedores, seguros e confortáveis? Quais espaços você sente como hostis e violentos? Quais espaços você sente como neutros? Por quê?

Pergunta 8: Houve alguma ocasião em que você optou por não frequentar ou se afastar de determinados espaços devido a situações desconfortáveis ou violentas? Poderia contar mais sobre isso?

Pergunta 9: Você realizou alterações corporais associadas à sua identidade de gênero, como hormonização ou cirurgias? Se sim, observou alguma alteração significativa em sua interação com os lugares cotidianos após essas modificações?

Bloco 3 - Identificação da influência exercida pelos corpos travestis e transexuais

Pergunta 10: Você sente que a sua performance, expressão, corporeidade e identidade de gênero têm o potencial de desafiar as normas e os padrões cisheteronormativos dos lugares que você ocupa cotidianamente ou não? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

Pergunta 11: Você sente que, por meio da sua identidade de gênero e corporeidade, você desempenha um papel na formação ou fortalecimento de espaços de resistência? Por quê?

Pergunta 12: Caso exista, quais lugares frequentados por você poderiam ser identificados

como espaços de resistência construídos por e para pessoas trans? Na sua perspectiva, o que confere a esses locais a condição de espaços de resistência? Qual a importância deles para você?

Bloco 4 - Questionamentos finais

Pergunta 13: Como você descreveria sua vivência como pessoa trans em São Carlos?

Pergunta 14: Como você enxerga o papel do seu corpo trans na disputa por espacialidades na cidade?

Pergunta 16: Há algum aspecto da nossa discussão que você considera crucial destacar ou que gostaria de explorar mais a fundo? Há algum aspecto que não foi abordado em nossa discussão que você queira comentar?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ GÊNERO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“(TRANS)GRESSÃO ESPAÇO-CORPORAL: Análise das Corporeidades Travestis, Transexuais e Transgêneros no município de São Carlos (SP)”**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Gabriel Gimenes de Estefani**, do Curso de Graduação em Geografia, orientado pelo **Prof. Dr. José Gilberto de Souza**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP/Rio Claro. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Bolsa de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação estabelecida entre o corpo transgênero e o espaço vivido do município de São Carlos - SP, buscando investigar como as corporeidades dissidentes de gênero se constroem no espaço e, ao mesmo tempo, influenciam na criação de espaços de existência/resistência que desafiam as normas cis-heteronormativas. Ela poderá ser realizada conforme a conveniência do entrevistado, seja online através do Google Meet, Skype etc. ou presencialmente em um local de sua escolha onde se sinta seguro e confortável. A duração estimada da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. No entanto, é importante considerar a possibilidade de sofrimento emocional devido à possibilidade de recordações dolorosas durante o procedimento. Por outro lado, há o benefício de expressar vivências que frequentemente não são compreendidas em outros contextos, além de compartilhar suas experiências e revisitar sua história de vida, permitindo perceber novos aspectos de si mesmo e do que foi vivido, abrindo caminho para a criação de novos significados. É garantido ainda que haverá acesso aos resultados com o pesquisador. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Somente o pesquisador terá conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados, mesmo após o término da pesquisa.

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados, os riscos e benefícios e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento em que achar necessário. Declaro que opto pelo uso do pseudônimo _____ ao longo da pesquisa, com o objetivo de preservar minha identidade. Além disso, autorizo, de forma livre, informada e esclarecida, a gravação em áudio da entrevista a ser concedida, ciente de que a gravação será utilizada exclusivamente para fins de pesquisa, análise e/ou documentação do projeto em questão e que minha identidade será preservada e as gravações serão armazenadas com segurança e sigilo, conforme as diretrizes éticas aplicáveis.

São Carlos, _____ de _____ de _____ .

Assinatura do participante

_____ (assinatura)

Pesquisador Responsável/RG:

Nome:

Endereço:

Tel:

E-mail:

_____ (assinatura)

Pesquisador Participante/RG:

Nome:

Endereço:

Tel:

E-mail: